

Carlos Águedo Nagel Paiva

A DÍVIDA PÚBLICA E A MÍDIA DO RS: UMA HISTÓRIA DE INCOMPREENSÕES

Economia Regional não goza, entre os economistas famosos, de grande gala. Preferem Moeda e Câmbio. Não obstante, começando com Celso Furtado, que se dedicou ao estudo do Nordeste, passando por Claudio Accurso no Rio Grande do Sul, Carlos Lessa no Rio, Francisco Magalhães no Paraná, Armando Mendes com seus “Instrumentos para a Invenção da Amazônia” e os notáveis economistas autores do “Diagnóstico da Economia Mineira” nos anos 70, a eles devemos, não só uma melhor compreensão de partes da economia nacional, como elementos para sua transformação.

Carlos Paiva, não se intimida e segue esta tradição, trazendo-nos, com este livro, um avanço no entendimento da crise da economia gaúcha.

PAULO TIMM

estudos rio-grandenses



tem patrocínio de:

ME! MOTTIRONI
EDITORE

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-65-87368-01-6



Erg - estudos
rio-grandenses

COLEÇÃO
ESTUDOS RIO-GRANDENSES
n.2

A DÍVIDA PÚBLICA E A MÍDIA DO RS:
UMA HISTÓRIA DE INCOMPREENSÕES

Copyright: Carlos Águedo Nagel Paiva
1ª Edição: 2023.
Direitos Reservados.
Revisão Final: pelo autor.
Editoração e Projeto Gráfico: Mottironi Editore.
Capa: Tommaso Mottironi

Ficha catalográfica:

P149a Paiva, Carlos Águedo Nagel

A dívida pública e a mídia do RS: uma história de
incompreensões / Carlos Águedo Nagel Paiva - Torres/RS:
Mottironi Editore, 2023.

128 p. ; 23 cm.

ISBN ???????????????

1. Economia Gaúcha. 2. Finanças Públicas. 3. Política.
I. Título.

CDU: B869.4

Catálogo pelo Editor

Carlos Águedo Nagel Paiva

A DÍVIDA PÚBLICA
E
A MÍDIA DO RS:
UMA HISTÓRIA DE
INCOMPREENSÕES

Coleção
ESTUDOS RIO-GRANDENSES
MOTTIRONI EDITORE
Torres 2023

*Para o querido amigo Paulo Timm,
Pois sem ele, este livro não existiria*

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO GERAL	11
PARTE 1	15
Introdução	16
O papel da mídia “charrua” na construção do falso consenso	19
Para além do Rio Grande Amado: a evolução da mídia em outros Estados	24
A História da Crise Fiscal: bem além do senso comum dos jornalões gaudérios	29
As consequências da Proclamação da República no RS e a precocidade da aposentadoria integral do funcionalismo público gaúcho	31
PARTE 2	35
O privilegiamento do Sudeste pelos Governos Nacionais entre 1930 e 1964	36
Os anos de chumbo: da Reforma Tributária à Ciranda Financeira	40
PARTE 3	47
Resgatando e sistematizando o já dito	48
O jeito Amaral de Souza, Jair Soares e Pedro Simon de Governar	55
De Alceu Collares a Olívio Dutra: no meio do caminho havia uma pedra	60

PARTE 4	73
Introdução	74
Collares e a gestão da Dívida	79
O Governo Britto: explosão da dívida e o acordo de 1998	83
O Governo Olívio:	86
Administração Fiscal e Política de Desenvolvimento	86
Rigotto e a Milonga Gaudéria: são três prá lá, um prá cá	89
Yeda Crusius e o neoliberalismo charrua	92
PARTE 5	95
Amigo é coisa prá se guardar	96
Leia com cuidado: tabelas na pista	98
O Governo Tarso: uma aposta no desenvolvimentismo	113
O assombroso (e assombrado) Governo Sartori	117
Leite, o bem-amado	121
BIBLIOGRAFIA	124

*Justiça é tratar de forma igual os iguais e de forma desigual os desiguais
na medida de sua desigualdade.*

Aristóteles
“Ética a Nicômaco”

*Chamar o governo do PT de um governo de esquerda stricto sensu é uma
impropriedade do ponto de vista do vocabulário. Ele é um governo de
centro, de frente-ampla antifascista.*

Reinaldo de Azevedo
“Eu me dou ao direito de mudar de ideia”
entrevista a Marco Antônio Villa

*Os diretores do Banco Central são apenas cumpridores das tarefas
negociadas com os "Mercáduz", onde todos vão depois ganhar o pão, e,
como resta evidente, **com o apoio quase unânime da imprensa.***

*Nessa matéria, como se sabe, a ordem é cantar segundo o coro dos
contentes. Inexiste direito ao "outro lado".*

Reinaldo de Azevedo.
Folha de São Paulo, 20/06/2023.

Esses moços, pobres moços, ah se soubessem o que eu sei
Lupicínio Rodrigues

PREFÁCIO

Os textos deste trabalho são um balanço crítico do que se fazia e se faz no Rio Grande do Sul e no Brasil em termos de política econômica. A análise técnico-crítica feita sobre as várias incidências de políticas adotadas se mostra correta do ponto de vista dos interesses sociais maiores da sociedade. Isso do ponto de vista dos beneficiados, mas também dos aspectos técnicos em relação às vantagens esperadas, em que também vários senões são apontados com grande oportunidade para futuras formulações.

Na verdade, são duas visões onde se vê a sociedade e as relações sociais de cima para baixo e de baixo para cima. A primeira se ocupa do desenvolvimento em si; a segunda, do desenvolvimento como trânsito em que as distâncias se encurtam e as desigualdades diminuem. Ambas destampam ideologias que conduzem indagações segundo seus valores. Uns acreditam que o simples desenvolver formará o futuro desejado por todos. Outros, ao contrário, creem que o futuro se constrói com valores e idiossincrasias próprias que contemplem o indesejado e o substituível. Uns acreditam que o mesmo deve ser construído.

Assim, com as contradições de cada um em ver o mundo, não conciliáveis porque fundamentadas em posições na escala social, o que resta é uma postura crítica fundamentando as diferenças, crítica sobretudo em relação à força ideológica de imposição que ajuda a aceitar o mundo como ele é.

Fatos como os apontados neste texto valem sobretudo pelas contradições reveladas, que permitem ver a ideologia envolvente em suas interpretações. Mas valem também porque em seu curso

não há valores do bem ou do mal, mas apenas da necessidade de seu fluir, o que, por fim, dispensa a crítica a seu respeito. Isso também mostra que só se enxerga a razão última dos fatos no abstrato, porque só nele se percebe o que está em construção. Trabalhos como este fazem falta porque no mínimo mostram que as intenções em cada fato podem ter uma segunda consequência que transcende sua singularidade aparente.

Cláudio F. Accurso

INTRODUÇÃO GERAL

O livro agora editado teve origem em um conjunto de cinco artigos que escrevi sobre o desenvolvimento da dívida pública do RS entre os meses de maio e junho de 2023 e que foram publicados na Rede Estação Democracia sob o título geral de *A contribuição da Mídia Gaúcha para a Decadência do RS*.

Estes artigos tiveram grande repercussão, tendo sido objeto de comentários por um largo grupo de amigos, colegas economistas, agentes públicos e – como não poderia deixar de ser – por jornalistas das mais diversas inflexões políticas e ideológicas.

A repercussão foi tamanha, que fui instado a editar o conjunto dos textos na forma de livro. Originalmente, pensei em alterar a redação do texto, aprofundando alguns temas e dando uma inflexão mais técnica e “sóbria” ao material. Mas ao revisitar os textos, percebi que o grande impacto que eles haviam conquistado advinha, justamente, do linguajar relativamente simples (a despeito da enorme complexidade do tema) e, também, do tom algo jocoso que eu havia adotado. Assim, tudo o que fiz foi retirar referências explícitas a alguns amigos que interlocutavam comigo entre uma publicação e outra (e que eram citados nominalmente, nas versões anteriores), na tentativa de não causar qualquer constrangimento aos mesmos em um trabalho que, espero, ao ganhar a forma de um livro, torne-se uma referência perene sobre o tema.

Porém, não posso deixar de citar (sem nominar) um comentário que recebi de um dos tantos amigos que leu este

material com atenção e que me fez uma declaração inesquecível:

Caro Paiva, você conseguiu unir de forma notável os dois problemas que, do meu ponto de vista, mais afligem o nosso sofrido rincão. Do meu ponto de vista, a dívida pública é o maior fardo que este Estado está carregando e que compromete as ações públicas e a continuidade e eficácia das parcas tentativas de implantar políticas de desenvolvimento. Mas, ao lado deste fardo, há um outro: a decadência cultural, a decadência de reflexão, que se observa, acima de tudo, a partir da transformação dos nossos jornais em almanaques, em que as opiniões (via de regra, mal-informadas, quando não preconceituosas) de alguns são percebidas como expressão de “bom senso”. Mesmo que, em geral, não passem do mais vulgar senso comum.

Este amigo pegou o centro das minhas preocupações. Note-se que não se trata de pretender que estes dois problemas sejam únicos ou a causa causante de tudo. É claro que não. Mas eles são realmente centrais. Pois a (falta de) visão que os jornalistas e os jornais têm da história da dívida, de seu peso, das vãs tentativas de pagá-la e ajustá-la desde dentro, a inconsistência crônica destes esforços, acaba por contaminar toda a sociedade, que sequer alcança enxergar o quanto estes esforços estão nos impondo uma decadência econômica crescente.

Hoje, mesmo economistas especializados em Desenvolvimento Regional parecem ter perdido a capacidade de perceber e mensurar o tamanho de nossos problemas e o atraso econômico persistente dos pagos.

A cada ano que passa, mandamos mais e mais gaúchos para fora do Estado, por falta de oportunidades de trabalho e renda. De 1970 a 2022 o RS foi o Estado que apresentou a pior performance demográfica do país. Enquanto isto, SC, ao nosso lado, tem um

crescimento vegetativo absoluto maior que o nosso (apesar de contar com uma população em idade reprodutiva menor) e recebe pessoas de todas as partes de todo o país. Entre 2010 e 2022, SC recebeu mais de 700 mil imigrantes. E o RS expulsou, no mesmo período, mais de 300 mil gaúchos. E não cessam aí as demonstrações de nossa perda de dinamismo. SC ampliou sua participação no PIB nacional e nos VABs de todos os setores. O RS perdeu participação no mesmo período. SC já conta com mais pessoas formalmente ocupadas na Indústria de Transformação do que o RS.

Mas, mesmo assim, a mídia insiste que é só uma questão de fazer o dever de casa. E muitos economistas e analistas da Economia Gaúcha não se cansam de cantar com denodo, orgulho e devoção o refrão do nosso hino: “sirvam, nossas façanhas, de modelo a toda a Terra”. Como se a recusa em ver a realidade fosse torna-la mais palatável.

Não sei se há esperança. Tento neste livro dizer algo que pode espantar a muitos. Mas – como diria Caetano – não por ser exótico. Mas por ter estado sempre oculto quando deveria ser o óbvio. Espero que não seja tarde demais e ainda sirva para abrir alguns olhos. Afinal, o que resta a um brasileiro e professor senão exercer a esperança, profissão de todos nós?

PARTE 1

Introdução

Entre os dias 4 e 20 de julho de 2022, a Rede Estação Democracia (RED) e as Faculdades Integradas de Taquara (Faccat) realizaram aquele que, do meu ponto de vista, foi o mais importante Seminário sobre Planejamento e Desenvolvimento Regional do RS. Mais de 60 palestrantes avaliaram as venturas e desventuras das políticas econômicas de promoção do desenvolvimento global, enfrentamento das desigualdades regionais e equacionamento dos desequilíbrios fiscais. O grupo de debatedores envolveu desde o ex-Presidente da Fundação de Economia e Estatística nos idos tempos de Amaral de Souza e Jair Soares, até o Secretário Adjunto da Fazenda no Governo Leite, passando por ex-Vice-Governadores, ex-Secretários das mais diversas pastas (Fazenda, Planejamento, Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento, etc.), professores Universitários vinculados a pesquisas sobre dinâmicas regionais, lideranças do Fórum dos Coredes, dirigentes municipais renomados por práticas bem-sucedidas de planejamento, e pensadores de expressão nacional e internacional acerca da questão do desenvolvimento local e regional. Os resultados deste Seminário, que se encontra integralmente preservado em vídeos, estão divulgados na forma de um e-book gratuito lançado pela Editora Conceito e pela Faccat com apoio da RED.¹

Eu tive o enorme prazer de ser o Coordenador Técnico deste grande evento; pensado e projetado pelo amigo Benedito Tadeu Cesar, que respondeu pela Coordenação Geral do mesmo.

Não resta dúvida de que o Seminário foi um sucesso e que a

¹ <https://editoraconceito.com.br/administracao>

preservação de sua memória em livro ainda vai dar base para novas reflexões e discussões sobre os destinos, desatinos, caminhos e descaminhos do RS nos últimos 40 anos².

Porém, olhando agora o debate realizado no ano passado pelo retrovisor não posso deixar de reconhecer uma falha no mesmo: a ausência de uma reflexão mais aprofundada sobre o processo de reconquista da hegemonia conservadora e neoliberal no RS nas duas últimas décadas e, acima de tudo, pelo papel cumprido pela grande imprensa gaúcha nesse processo.

A primeira mesa temática do Seminário acima referido foi um painel sobre o desenvolvimento socioeconômico do RS, seus desafios e potencialidades. O primeiro palestrante desta mesa (realizada no mesmo dia e local da Mesa de Abertura) foi o economista e jornalista Paulo Timm. Sua exposição tem início à 1 hora e 20 minutos deste vídeo³, e está centrada nas peculiaridades da formação socioeconômica gaúcha e, por extensão, no papel do Estado e do Planejamento Público na construção daquele que viria a ser, ao longo de mais de um século, o segundo Estado mais industrializado do país; à frente de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e Paraná. E se é inconteste que, desde o último quartel do século XIX, São Paulo se transformou no centro dinâmico (a “locomotiva”) da economia nacional alcançando, em poucos anos, a posição de maior PIB brasileiro, também é inconteste que, em termos de indicadores de desenvolvimento humano (alfabetização, educação, longevidade, distribuição de renda e da propriedade fundiária, etc.), o RS manteve-se, ao longo da maior parte do Século XX, ou à frente, de

² O e-book pode ser obtido gratuitamente no link abaixo:
https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/ckeditorfiles/e-book_2023_Desigualdades_Regionais_com.pdf

³ <https://www.youtube.com/watch?v=xZLr0LtNV7M>

São Paulo, ou disputando a primazia com nossa “locomotiva”.

Com apoio nas pesquisas de alguns dos melhores analistas do processo histórico de desenvolvimento econômico gaúcho – em especial, Luiz Roberto Targa e Ronaldo Herrlein – Paulo Timm demonstra que o peculiar dinamismo da nossa economia não se baseou (como em São Paulo) na identificação e exploração de um nicho de mercado – o café – cujo potencial de demanda externa era muito grande e o Brasil contava com vantagens competitivas estruturais. Nem se deu sobre qualquer outra vantagem natural ou locacional. A chave do desenvolvimento gaúcho foi o planejamento público, consolidado nas quatro primeiras décadas republicanas, de Júlio de Castilhos a Getúlio Vargas, passando por Borges de Medeiros.

Com a Revolução de 30, a *expertise* de políticos e burocratas gaúchos em gestão e planejamento público foi “exportada” para o restante do Brasil. E se manteve viva e pujante até a gestão Brizola. Durante a Ditadura Militar, houve uma grande concentração de recursos e de poder no governo central, deprimindo a autonomia regional e, por consequência, o próprio estímulo para o desenvolvimento de competências. Mas, com alguns percalços, sobreviveu alguma capacidade de planejamento e gestão até, pelo menos, o primeiro governo Guazelli. O verdadeiro descalabro começa depois.

O papel da mídia “charrua” na construção do falso consenso

Dizer que as competências públicas para o planejamento e a gestão viveram um processo secular de deterioração não é o mesmo que pretender que todos os governantes nos últimos 40 anos foram maus gestores. Absolutamente, não. Ocorre, contudo, que os governos que mais fizeram pelo desenvolvimento do Estado e pelo equacionamento das finanças públicas, são tratados, sistematicamente pela mídia “charrua” como irresponsáveis e gastadores⁴. Enquanto os governos que ajudaram a levar o Rio Grande Amado para o fundo do poço, são incensados como os salvadores da pátria e da lavoura. A questão que nos interessa entender aqui é o porquê de tanta distorção da realidade. Trata-se de ideologia arraigada ou mera ignorância?

Jornalistas renomados que vêm se dedicando ao tema – dentre os quais se destaca minha ex-aluna e querida amiga Juliana Bublitz – tendem a associar de forma direta nossos problemas crônicos de crescimento e desenvolvimento aos déficits crônicos e à dívida acumulada. Não vejo a questão exatamente da mesma forma. Deixo para explicar meu ponto mais adiante. Mas entendo que quem abraça esta perspectiva tem o dever de analisar a fundo e no detalhe quais foram os governos que trouxeram o RS para o estado fiscal e financeiro atual. Mas não é isso que acontece. Num determinado momento da matéria “Como se originou a dívida do RS”⁵, Juliana declara:

⁴ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marcelo-rech/noticia/2023/05/a-hora-do-rio-grande-clhazb0q0003d015bhc89dd0b.html>

⁵ <http://profemarli.comunidades.net/divida-publica-do-rs>

“...não há um único culpado. É o resultado de uma combinação crônica e perniciosa de gastos excessivos, descontrole a apostas erradas, cujos efeitos foram potencializados por crises econômicas nacionais e internacionais.”

Alguém pode discordar dessa afirmação? Evidentemente não. Quem poderia pretender que uma dívida de bilhões de reais pudesse ter um único “culpado” por sua constituição. Quem pode negar que há fatores internos, nacionais e internacionais na estruturação da mesma? Lida de uma certa forma, a frase não passa de uma tautologia. Porém, ela também pode ser interpretada como uma generalização indevida. Sub-repticiamente, somos induzidos a pensar que todos os governos, sem exceção, erraram. E o fizeram exatamente da mesma forma: gastando demais. Nesse caso, Juliana precisaria nos responder duas questões:

- Onde mesmo que houve os tais gastos excessivos? Na Educação? Na Saúde? Na Segurança? No transporte coletivo? Na infraestrutura? Ou com prebendas, sinecuras e corrupção? Em todas estas áreas simultaneamente? E todos os governos foram iguais e devem ser igualmente responsabilizados?

- O problema é sempre de “gastos excessivos”? Não poderia ser, também, de arrecadação insuficiente? Qual o nível de desoneração da economia gaúcha? Por que os dados do Fundopem não são abertos à sociedade? Por que nem mesmo o Tribunal de Contas do Estado tem acesso a estas informações? Qual é a evasão fiscal no RS? Isto não é um problema?

Na sequência, ainda na introdução geral do mesmo artigo, Juliana entrevista e cita dois economistas: João Batista Soligo Soares, do Tribunal de Contas do Estado, e Liderau dos Santos Marques Jr., oriundo da extinta Fundação de Economia e Estatística Sigfried Heuser; trabalhando atualmente no Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de

Planejamento, Governança e Gestão do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. João Batista declara que o RS é

“como aquele parente que todo mês, há anos, gasta mais do que recebe, faz novas dívidas e não consegue mais sair do buraco. Estamos pagando pela existência do Estado no passado”.

Numa pequena frase, duas grandes teses; ambas, totalmente descabidas: 1) o Estado pode ser comparado a um “parente oneomaniaco” (com compulsão ao gasto); e 2) a dívida de hoje é o custo da existência do Estado ontem. Onde estão os erros? O Estado não é como uma família. Muito menos um parente em permanente crise de insanidade. Primeiro porque, quando ele gasta (com salários ou aposentadoria, por exemplo, seus dois maiores dispêndios), ele estimula o consumo e arrecada mais ICMS. Ao gastar, aumentam suas receitas. A isto se chama “efeito multiplicador do gasto”. E o maior efeito multiplicador da economia gaúcha é, justamente, aquele associado aos gastos do governo. Além disso, um parente quebra – e pode ser interditado para não quebrar. O Estado não. Na pior das hipóteses, pode aumentar a arrecadação lançando novos impostos. Por fim, o Estado não é “descartável”. Não é algo “cujo custo” possamos não cobrir. Alguém que possamos interditar ou, no limite, internar para tratamento. Desde logo, porque seus gastos não são supérfluos. Ele não gasta com bebidas, drogas, sexo, *rock and roll* e consumismo. Ele gasta com salários e equipamentos para a operação dos serviços públicos básicos que atendem à população em geral: Saúde, Educação, Segurança, Justiça, Regramento e Legislação, Políticas de Desenvolvimento Regional, etc. Pergunto novamente: em que ponto, em que momento, os gastos com essas áreas se tornaram “excessivos”?

Já, segundo Liderau:

“durante décadas ..., a estratégia foi gerar déficits (despesas

maiores que receitas). Era relativamente fácil fazer empréstimos e não havia maior preocupação em relação a isso, porque nas horas de extrema aperto era possível contar com o socorro da União. Isso só começou a mudar em 1994, com a estabilização econômica, e em 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal.”

Em suma: até FHC, vivíamos o festerê da imprevidência. Com a chegada do Príncipe dos Sociólogos ao poder, atingimos o Estado de graça. Claro que isto teve uma que outra consequência perversa. Como, por exemplo, o endividamento galopante dos Estados e a incapacidade de alguns deles cumprirem com suas obrigações com a sociedade. Mas isto é somenos importância. O único que importa é que a baderna acabou.

O Governo Federal não deu as condições para que os Estados cumprissem suas obrigações. Apenas impediu os Estados de gastarem demais, subtraiu recursos pela lei Kandir, colocou os juros lá em cima (para garantir a ancoragem cambial do real) e exigiu que os Estados cumprissem suas obrigações constitucionais com a sociedade, sem recursos próprios, e sem poder se endividar. E Liderau trata dessas consequências como se fossem “danos colaterais”. Não, não são colaterais. São danos centrais.

Mas João Batista e Liderau têm todo o direito a terem suas próprias leituras e as defenderem. Meu ponto central é outro. Por acaso esta é “A” (artigo definido singular) visão dos “economistas”? Não há visões alternativas? Será mesmo que a Economia é uma ciência tão insossa e tão exata que não admite sequer aquelas polêmicas básicas que dividem – por exemplo – a Física, sempre às voltas com a necessidade e as dificuldades de integrar relatividade geral e física quântica? No mundo da Economia todos concordam em tudo e há sempre uma única e mesma resposta? Ou será que a nova geração de jornalistas está perdendo a capacidade de investigar e esquecendo o princípio mais elementar desta

importante profissão: se há versões contraditórias, a equidistância e a dúvida metódica exigem que todas elas sejam apresentadas para bem informar o leitor? E, acima de tudo, qual a influência dos nossos “jornalões” nessa perda de capacidade?

Para além do Rio Grande Amado: a evolução da mídia em outros Estados

É público e notório que os jornalões brasileiros são de um conservadorismo extremo e não primam pelo respeito à verdade. Não gratuitamente, o Brasil encontra-se usualmente abaixo da mediana de liberdade de expressão segundo o ranqueamento dos Repórteres Sem Fronteiras⁶. Os dois quesitos que nos rebaixam sistematicamente são a violência que incide sobre repórteres investigativos (que, no limite, levam ao assassinato dos mesmos) e a censura interna dos jornalões à livre manifestação de opiniões dos jornalistas. O caso é seríssimos e conta com amplo reconhecimento internacional. Contudo – e apesar das aparências em contrário – há mudanças em curso.

A Lava-Jato – com todas as suas ilegalidades, estrepolias e loucuras – não teria sido possível sem o apoio insensato da mídia reacionária. O casamento de um discurso oportunista contra a corrupção – com prisões espetacularizadas de empresários e políticos – e a divulgação permanente, efusiva e festiva destes eventos pela mídia alimentou uma verdadeira “onda”⁷ fascista no país; cujo resultado mais grave foi a eleição de Bolsonaro.

Ora, mesmo aqueles que saudaram a “onda” em seus primórdios foram percebendo, pouco a pouco, que “havia gato na tuba”. A face política do “juiz” – que já era visível em conduções coercitivas ilegais e em seu padrão de atuação como promotor em todo o processo – foi evidenciada quando Sergio Moro largou a magistratura para ser Ministro de Bolsonaro. Mas, se alguém ainda

⁶ Veja <https://rsf.org/pt-br/pais/brasil>

⁷ <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-134390>

tinha alguma dúvida legítima, elas não poderiam sobreviver à Vaza-Jato, comandada por Glenn Greenwald e *The Intercept Brasil* a partir de 2019.

As revelações da Vaza-Jato são um “corte epistemológico” na interpretação que o Brasil pode e deve fazer de si mesmo. Se alguém tinha o direito de ter dúvidas de que o caso Lavo-Jato era puro *lawfare*, este alguém deixou de tê-lo após o evento. O mínimo que se exige desde então de uma pessoa sem “certezas ideologicamente pré-concebidas” é a imposição da dúvida. Uma dúvida que, por inúmeras razões, teria que ser minada desde dentro nos anos que se seguiram. A começar pelas práticas de Bolsonaro que levaram ao afastamento (até) de Sergio Moro do Ministério pelo fato deste último defender alguma (pouca) autonomia para a Polícia Federal, passando pelas revelações mais recentes de todas as prevaricações do pobre sujeito (do extermínio Yanomami, às joias do Oriente Médio, passando pelo cartão de vacina, pelas aquisições milionárias de chuleta e linguiça calabresa para povos indígenas que nunca chegaram ao seu destino e pelas próteses penianas dos militares).

É possível perdoar quem não viu esta dimensão aética, corrupta, miliciania, menor, vulgar, medíocre e antissocial de Bolsonaro até 2019? Eu, particularmente, acredito que sim. A mídia nacional tem uma capacidade de lavagem cerebral que é única. Foram anos de oposição sistemática e *fakenews* divulgadas em todos os horários. Em especial, nos horários nobres. Junte-se o apoio das Igrejas Pentecostais, o Orçamento Secreto e as barras de ouro para intermediar recursos para a “educação” nas prefeituras, e teremos o caldo de cultura da (pseudo)ignorância. Mas o fato de ainda existirem fãs de Bolsonaro, Moro e Dalagnol dentre os “tios e tias do zap” e/ou dentre os militares formados pela AMAN não justifica que tantos “jornalistas investigativos” ainda pretendam que “Lula não demonstrou sua inocência” ou que (na melhor das hipóteses)

“Lula e Bolsonaro são duas faces da mesma moeda”.

É bem verdade que os grandes jornalões do país – especialmente os de São Paulo – não fizeram qualquer autocrítica pública do apoio à Lava-Jato, ao *impeachment* de Dilma e à prisão de Lula. Mas, de outro lado, não há como negar uma sutil inflexão da grande mídia nacional. Há algum tempo que as organizações Globo estão suavizando seu antipetismo. Assim como a própria Veja. Até mesmo a Jovem Pan – que chegou a demitir Reinaldo de Azevedo por suas críticas à Lava-Jato e a Marco Antônio Villa por suas críticas a Bolsonaro – agora está afastando dos seus quadros a turma fascista mais raivosa (nem que seja para evitar processos por *fakenews*) E, dada a expressão e o público cativo de Reinaldo e Villa, eles foram contratados, respectivamente, pela Bandeirantes e a CNN como âncoras de programas de grande sucesso.

Já na mídia “charrua” a coisa vai como sempre: de vento em proa; só de ré. Nos recentes anos de chumbo, em que os líderes da República foram Eduardo Cunha, Michel Temer e Jair Bolsonaro, a Zero Hora demitiu Luís Fernando Veríssimo e Moisés Mendes, os derradeiros cronistas de esquerda de sua bateria “de uma nota só”. Enquanto isso, o Correio do Povo e a Rádio Guaíba demitiam e calavam Juremir Machado da Silva. Ora, direis, ouvir Juremir. Certo é que perdeste o senso! ... Não. Não perdi. Juremir dá uma no cravo e outra na ferradura. Privilegia sua fama de *enfant terrible* a qualquer coerência. Porém, não obstante, todavia, contudo, é preciso reconhecer duas coisas: 1) com todas as suas idas e vindas, Juremir mostrou-se insuportável para o grupo editorial do Bispo Macedo; 2) ele é um jornalista que – como Reinaldo de Azevedo ou Marco Antônio Villa – conta com um público expressivo e é capaz de atrair leitores, audiência e recursos. Porém, a mídia “charrua” não é apenas conservadora. Ela é chucra. E. ao invés de recontratar seus cérebros privilegiados, prefere contratar J.R Guzzo. Para se ter

ideia de quem seja, vale lembrar um de seus textos mais recentes na ZH, intitulado “A Casa Caiu”⁸, que começava assim:

“Desde o começo, a história do 8 de janeiro pareceu esquisitíssima. Depois de três meses de esforços desesperados do governo Lula e de seus aliados para esconder a verdade, a casa caiu. Imagens publicadas pela CNN mostram o general Gonçalves Dias, homem da confiança de Lula, em atitude de colaboração com os invasores que vandalizaram o Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro. A “tentativa de golpe” e os “atos terroristas” tiveram a participação, incentivo ou cumplicidade de agentes do governo. É por isso que Lula e o PT lutaram com tanta ferocidade para impedir a CPMI sobre o que realmente aconteceu.”

Creio que eu posso me dar ao direito de não fazer qualquer comentário sobre um tal devaneio sádico-onírico. Quando o autor de um texto não consegue mais diferenciar a sua vontade de ver algo, daquilo que realmente se sucedeu, é porque o princípio da realidade se rendeu integralmente ao princípio do prazer. Neuróticos criam castelos no ar. Psicóticos os habitam. Quando a mídia “charrua” demite gênios como Veríssimo e dá voz a moradores do Castelo de Kafka, que futuro você projeta para o Rio Grande Amado? Do meu ponto de vista, um futuro bastante triste.

E não só em função dos moradores do Castelo. Mesmo pessoas inteligentes e com formação sólida parecem ser tragadas pelo senso comum da mídia conservadora e chucra. Assim é que, num outro artigo, intitulado “Afinal, a dívida do RS com a União já foi paga?”⁹, Juliana Bublitz faz uma (nem tão) discreta defesa do Regime de Recuperação Fiscal afirmando:

⁸ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opinioao/noticia/2023/04/caiu-a-casa-clgr197pw009g0177r3haej9i.html>

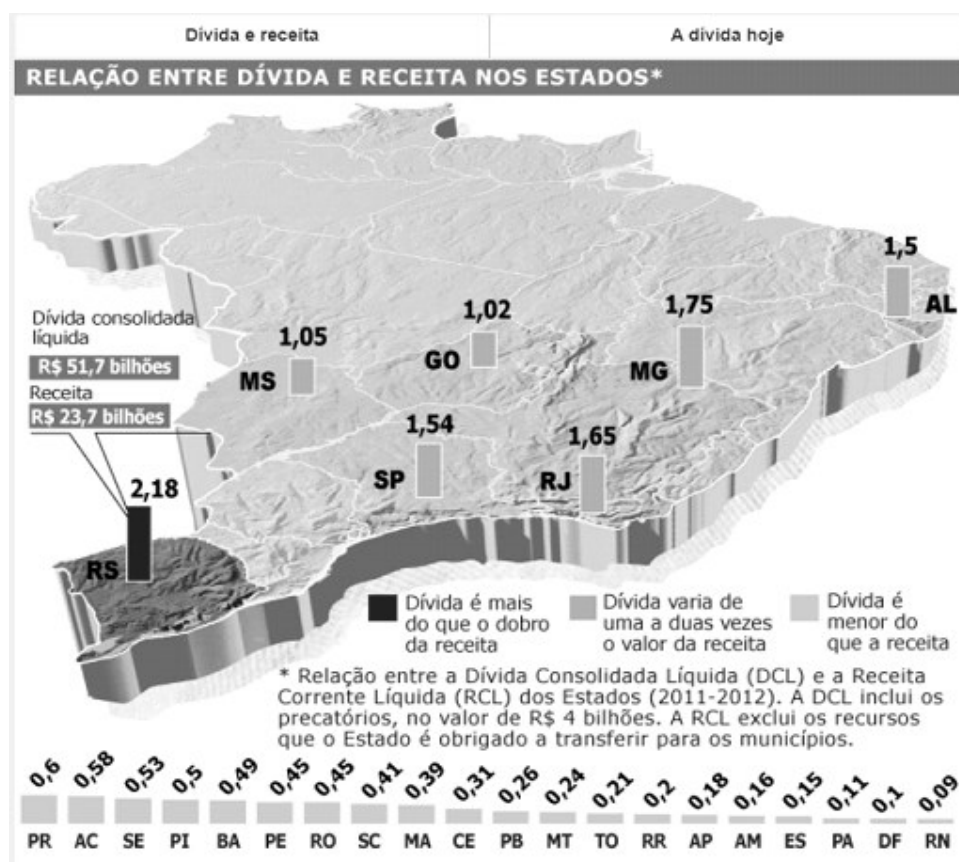
⁹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/juliana-bublitz/noticia/2022/05/afinal-a-divida-do-rs-com-a-uniao-ja-foi-paga-cl2yr7vsw001j0167umskrvuy.html>

“O que vale para o RS vale para os demais. O fato é que qualquer revisão por parte do Congresso, da União ou do Supremo Tribunal Federal envolve o todo – e não apenas o Rio Grande do Sul. Por isso é tão difícil obter o perdão da dívida ou um amplo abatimento do saldo. Isso precisa ser levado em conta no debate em torno do Regime de Recuperação Fiscal.” (Juliana Bublitz, ZH, 09/05/2022)

Juliana foi minha aluna no Programa de Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, que ela conclui com uma tese brilhante. Ocorre que o princípio primeiro do Desenvolvimento Regional é reconhecer que um mesmo movimento histórico traz consequências distintas para territórios distintos. Juliana tem uma sólida formação em História. E a História nos ensina que movimentos similares trazem consequências distintas quando efetivados em momentos distintos. Por isso mesmo, a cada artigo seu que leio, não consigo deixar de me afligir e me entristecer com suas crescentes concessões ao padrão narrativo RBS. Na RBS de hoje só vicejam dois tipos de “jornalistas”: a direita opiniática mais truculenta (na linha J.R.Guzzo) e o defensor de teses fofas e anódinas, típicas do senso comum. E me dá uma vontade maluca de gritar para Juliana o mesmo que o pai de Maddy gritava para sua filhinha sequestrada por espíritos malignos em *Poltergeist*: “Não vá para a luz, Juliana, não vá para a luz.”

A História da Crise Fiscal: bem além do senso comum dos jornalões gaudérios

Logo após a Introdução do artigo Como se originou a dívida do RS, Juliana Bublitz apresenta um Quadro-Mapa do Brasil com informações sobre a relação entre “dívida x receitas” que tem algo de “assustador”. O Quadro-Mapa está reproduzido abaixo.



Ora, se seguirmos as pistas dadas até agora por Juliana, João Batista e Liderau não há como deixar de chegar à conclusão de que o RS é o Estado com a pior gestão do Brasil. É um gastador

impenitente, incapaz de planejar e – como gostam de dizer os arautos do senso comum – de “fazer o dever de casa”. O RS é um “parente-garotinho malcomportado”. O problema, contudo, é que a história contada por Juliana e a história real são muito diferentes. Para entender a peculiaridades da nossa dívida é preciso recuar no tempo, para muito antes da crise econômica que leva à queda da Ditadura Militar. Vamos ver onde se encontram as raízes históricas da dívida gaúcha.

As consequências da Proclamação da República no RS e a precocidade da aposentadoria integral do funcionalismo público gaúcho

A República foi o resultado da articulação política de dois grupos com interesses bem distintos: o Exército e a Cafeicultura Paulista. Ao Exército interessava um programa de modernização conservadora – mas com inclusão social das camadas não proprietárias da sociedade; exatamente aquelas camadas donde advinham os seus quadros – levado à frente por um Estado forte e centralizado. O *Curso de Filosofia Positiva* e *O Catecismo Positivista* de Auguste Comte eram os livros de cabeceira de Benjamin Constant, Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos.

De outro lado, a cafeicultura paulista tinha um anseio muito distinto: a criação de um Estado hiper liberal, com pouco poder arrecadatório, desvinculado da sustentação de um aparelho de Estado custoso e da promoção do desenvolvimento regional através da instalação de equipamentos caros e complexos (como as ferrovias) em Estados (à época, Províncias) da periferia da nação. A riqueza de São Paulo ficaria em São Paulo. Em contrapartida, cedia-se o direito das oligarquias regionais retrocederem a um Estado de beligerância e conflitos coronelísticos como não mais se vira desde a transmigração da Corte de Dona Maria e Dom João.

Como se sabe, o projeto paulista foi vencedor no Brasil. Mas, no Extremo Sul do país, uma estranha “aldeia gaulesa” manteve intacto o projeto do Exército. Por quê? Porque o RS sediava a maior parte das tropas do Exército brasileiro, sempre preocupado com um possível conflito com Argentina, Uruguai e Paraguai (o acesso ao Paraguai só podia ser feito pelo Mato Grosso ou RS; a mata atlântica em SC e PR era, então, intransponível). Júlio de

Castilhos comandava o Partido Republicano Riograndense com mão de ferro e abraçava um positivismo radical. Tão radical que, hoje, seria considerado um político situado à esquerda do PT. E ele escreve (sozinho) a Constituição do Estado do RS e a promulga na simbólica data de 14 de julho de 1891. Ela toda é uma Constituição centralizadora e autocrática. Mas o que realmente perturbou a “paz interna” foi o Artigo 47 da nossa segunda Carta Magna.

“Art. 47 – Só à Assembleia compete lançar impostos

I – Sobre exportação;

II – Sobre imóveis rurais;

III – Sobre transmissão de propriedade;

IV – Sobre heranças e legados;

V – Sobre títulos de nomeação e sobre vencimentos dos funcionários do Estado.

§ 1º – A exportação de produtos do estado e a transmissão de propriedade deixarão de ser tributadas, logo que a arrecadação do imposto chamado territorial estiver convenientemente regularizada.”

A Constituição de Castilhos não se contentava em dizer que haveria um Imposto Territorial Rural. Anunciava que ele seria a base da arrecadação pública, com a depressão paulatina das alíquotas sobre exportação e transmissão de propriedade, até a extinção destes dois tributos. Inconformados com o projeto castilhista, os grandes proprietários de terra de todo o Estado se levantaram contra o novo governo, dando início à mais sangrenta revolução da História do Brasil: a Revolução Federalista.

O grupo de Júlio de Castilhos foi vencedor na refrega. Mas, para tanto, dependeu do apoio de Marechal Floriano, ainda na presidência, que enviou tropas do Exército para “colocar ordem” no território. Um apoio que não foi gratuito. Na verdade, apresentou um alto custo para o RS.

Um dos pontos programáticos centrais do Exército

Positivista-Republicano era a concessão de aposentadoria integral a todos os funcionários públicos. Por quê? A aposentadoria integral para o funcionalismo emerge no Império Patrimonialista. Mas, neste período, ela atinge apenas o alto escalão da burocracia. Por exemplo: dada a escassez de bacharéis, muitos juízes e promotores eram meros rúbulas, vale dizer, pessoas com notório saber jurídico, mas sem a formação acadêmica adequada. Estes, não tinham direito à aposentadoria integral. A falta de um curso superior era um atestado de falta de *pedigree*. Deodoro universaliza a aposentadoria integral para o funcionalismo federal, mas deixa aos Estados a decisão de adotar, ou não, a mesma regra para o funcionalismo público estadual. O único Estado que o fez foi o RS. Por quê? Por diversos motivos, a começar pela convicção de que a aposentadoria é um instrumento de ordenamento e inclusão social. Mas não há como deixar de ver que a pressão de Floriano Peixoto cumpriu o seu papel. Ou Castilhos corria o risco de ficar sem o apoio necessário para a derrota dos “maragatos insurretos”.

Assim, 30 anos após a emergência da República, ainda na década de 20 do século passado, o Tesouro do Estado do RS passa a ter que arcar com duas folhas: a dos ativos e a dos inativos. Com o fim do Estado Novo, a Constituinte de 1946 universalizou a aposentadoria integral para todo o funcionalismo público. Mas enquanto alguns Estados só começaram a pagá-la 30 anos depois (por volta de meados da década de 70 do século passado), o RS já arcava com seu pagamento desde os anos 20.

Eventualmente, minha amiga Juliana Bublitz poderia dizer que esta foi uma opção nossa e, portanto, é um problema nosso: temos que arcar com nossas responsabilidades. E eu responderia: nem tanto ao mar, nem tanto à terra. A aposentadoria integral no RS foi uma exigência de Floriano para apoiar os republicanos-castilhista.

Ora, a vitória dos castilhistas sobre os latifundiários federalistas foi condição *sine qua non* para a Reforma Agrária no Norte do Estado do RS, para a industrialização do Estado e para a emergência de uma cultura de Planejamento do Desenvolvimento que esteve na base da Revolução de 30 e da subsequente modernização capitalista do Brasil. Só que este processo deixou um ônus histórico sobre o RS representado por um problema fiscal crônico associado à precocidade da folha de inativos nos dispêndios de custeio do RS. Um problema fiscal que adveio de uma negociação política com o governo federal nos primórdios da República.

Nos termos de Aristóteles (presente na epígrafe que abre este livro), o RS emerge como uma Unidade da Federação diferenciada, desigual. E, nesse caso, a justiça encontra-se no reconhecimento desta diferença e no tratamento desigual de agentes desiguais. Até porque, tal como veremos abaixo, este não será o único elemento de desigualdade. Muito antes pelo contrário.

PARTE 2

O privilegiamento do Sudeste pelos Governos Nacionais entre 1930 e 1964

Há quem pense que o período de hegemonia getulista em nossa história – iniciado em 1930 e encerrado com o golpe contra João Goulart – teria sido um período em que o Governo Federal privilegiou, de alguma forma, os interesses do RS. Ledo engano. A verdade é exatamente oposta. Em primeiro lugar porque, para conquistar o poder em 1930 – a despeito dos resultados eleitorais haverem definido a vitória de Júlio Prestes –, Getúlio Vargas se viu obrigado a conciliar os interesses de chimangos e maragatos no RS. O que vai levar a seu rompimento com Borges de Medeiros, o qual apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 1932.

Não cabe adentrar na equação dada por Getúlio aos conflitos abertos no RS. Porém, cabe, sim, esclarecer que a inflexão da economia nacional imposta pela crise de 29 e pela Revolução de 30 passou pela internalização do centro dinâmico da economia e a definitiva polarização do resto do Brasil pelo eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Minas Gerais. Mais: a transformação do eixo SP-RJ-MG no centro dinâmico nacional envolveu a qualificação e diversificação produtiva deste território. Novas estruturas produtivas estatais de bens e serviços – tais como CSN, FNM, Eletrobrás, Embraer, BNDE, etc. – assim como novas estruturas produtivas privadas – como as indústrias automotivas multinacionais e suas sistemistas nacionais – foram amplamente apoiadas e beneficiadas pelo setor público nacional para se instalarem na região Sudeste. Mas isto não é tudo: na busca de garantir a máxima integração e eficiência às novas estruturas produtivas, o governo federal concentrou no Sudeste seus investimentos em infraestrutura logística e energética.

Ora, vimos na Parte I deste trabalho que o RS havia desenvolvido uma indústria competitiva e diversificada ao longo da Primeira República. Contudo, essa indústria: 1) operava em escala inferior à escala padrão da indústria do sudeste em geral e paulista em particular; 2) voltava-se tanto ao mercado regional quanto ao mercado nacional, mas, no atendimento deste último, se deparava com custos de transporte superiores às firmas concorrentes sediadas no Sudeste. Ora, todas estas desvantagens competitivas passam a ser amplificadas na medida em que os governos do período de hegemonia getulista-desenvolvimentista concentram seus investimentos em estruturas produtivas e em equipamentos logísticos e energéticos na região Sudeste.

Qual foi a reação dos governos gaúchos das mais diversas inflexões políticas, de Flores da Cunha a Leonel Brizola, passando por Walter Jobim e Ildo Menegheti? Foram duas as reações: 1) concessão de benefícios fiscais para empresas e setores sediados no território gaúcho, mas que atendiam fundamentalmente os mercados do Sudeste; 2) assunção, para si, da responsabilidade de criar uma infraestrutura logística e energética e uma estrutura de serviços similar àquelas que vinham sendo criadas no centro-sul com recursos federais.

Sobre a segunda dimensão da resposta do RS aos desafios postos pela nova ordem econômica nacional vale salientar que, no mesmo ano em que surge o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), surge, em 1937, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Coube ao DAER a construção de verdadeiros monumentos arquitetônicos no RS, como a ponte Ernesto Dornelles, sobre o Rio das Antas (iniciada em 1942) e a ponte do Guaíba (cuja construção se iniciou em 1955 e foi concluída em 1958). Esta ponte foi a maior obra arquitetônica da América do Sul durante muitos anos.

Mas como conciliar a concessão de benefícios fiscais às empresas gaúchas com vistas a sustentar sua competitividade e, simultaneamente, arcar com o ônus da construção de uma infraestrutura moderna no Estado? A resposta é simples: através do endividamento. E é nessa fase que a relação entre receita corrente e dívida pública do RS passa a apresentar um padrão atípico na comparação com os demais Estados da Federação. Como nos lembra Luís Carlos Bordin em trabalho canônico da Fundação de Economia e Estatística sobre as Finanças Públicas do RS organizado pelo, à época, Diretor Técnico da Fundação, Economista Eugênio Lagemann:

“A marcante diferença entre a situação financeira hoje apresentada pelo Rio Grande do Sul e de outros Estados reflete mais uma distinção de condições iniciais do que diferenças de comportamento ao longo do período de 1951-84. Enquanto a dívida pública gaúcha já assumia proporções elevadas nas décadas de 50 e 60 (em 1951 a dívida total representava 98% da receita de impostos), outros Estados adiaram a expansão da dívida até a segunda metade da década de 70.” (Bordin, in: Lagemann, 1985, pp. 136 e 137)

O que importa observar, contudo, é que não existia – como ainda não existe – uma clara divisão de funções entre os governos federal, estaduais e municipais no que diz respeito à criação e manutenção da infraestrutura nos níveis nacional e regionais. Esta divisão – mesmo que flexível, sem qualquer rigor – existia e existe para os serviços de educação (o ensino fundamental e médio era da alçada dos governos municipais e estaduais, o superior, da alçada do governo federal) ou na segurança pública (a defesa nacional é federal, o policiamento ostensivo e investigativo é da alçada dos governos estaduais). Não obstante, havia à época – como ainda há, hoje – sinalizações de divisão de trabalho: os maiores e mais complexos equipamentos de transporte e energia eram construídos

e mantidos pela União, enquanto as estruturas menores e de menor custos (como estradas vicinais e redes urbanas e secundárias de distribuição elétrica) cabiam aos governos estaduais e municipais. Ora, se é assim, o fato do Estado do Rio Grande do Sul haver se antecipado na construção de uma infraestrutura complexa às custas de endividamento deveria ser contabilizado como uma contribuição estadual à realização de uma tarefa que cabia ao governo Federal. E este último deveria assumir, posteriormente, pelo menos parte dos encargos que recaíram sobre o Estado.

Mas não foi nada disso que aconteceu. Pelo contrário. A situação se agravou ainda mais ao longo da Ditadura Militar. Vale dizer: agravou-se justamente quando foram caladas as vozes divergentes e os acordes dissonantes. Hoje, a chucra e ignorante mídia charrua age como as ovelhas da Revolução dos Bichos, balindo que tudo está muito bem e que, se alguém cometeu algum engano, não foram os porcos, que passaram a ocupar a casa dos humanos e a andar sobre dois cascos. Fomos nós, os cavalos, que não fizemos nosso dever de casa, comemos grama demais e carregamos carga de menos. Quando mais precisamos de unidade e respeito à nossa história peculiar de planejamento e desenvolvimento, é onde mais emerge desunião e onde reina o senso comum mais vulgar e inconsequente. Como dizia o Barão de Itararé: donde menos se espera é que não sai nada mesmo.

Os anos de chumbo: da Reforma Tributária à Ciranda Financeira

A primeira ação da Ditadura será calar a boca da oposição. Uma oposição que era particularmente forte no RS, terra de Getúlio, Goulart e Brizola. E que vinha consolidando a crítica ao padrão centralizador de gestão do desenvolvimento nacional sob a influência de Franklin de Oliveira, um jornalista maranhense sediado no sudeste e que, no início dos anos 60 do século passado, volta seu olhar para o RS e escreve um conjunto de artigos que irão se transformar no livro *Rio Grande do Sul: um novo Nordeste?*.

A pergunta está baseada exatamente na percepção – correta! – de que, mantido o padrão de privilegiamento do Sudeste (que chega a seu ápice no Governo JK), todo o resto do Brasil, inclusive sua periferia mais desenvolvida, estaria fadada a se transformar em satélite de São Paulo e entornos.

O prognóstico de Franklin de Oliveira ainda não se realizou. Mas, sejamos justos: a Ditadura trabalhou pela causa. E, se dependermos da mídia charrua, o Rio Grande Amado ainda chega lá.

A política de desenvolvimento regional da Ditadura tem três características. A primeira delas é uma brutal centralização de recursos e concentração do poder de decisão política. Uma das mais claras expressões do fenômeno é a Reforma Tributária de 1966/7, bem como os ajustes posteriores impostos pelo governo central à alíquota efetiva do único imposto que ficou sob encargo dos Estados da Federação: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o ICM (à época, ainda sem o “S” que seria adendado mais tarde). A reforma em si implicou numa retração da base de arrecadação estadual. Mas esta retração foi magnificada por outras medidas. Em

1967, os repasses federais aos governos estaduais e municipais foram reduzidos de 20% da receita total da União (divididos igualmente entre Estados e municípios), para 14% da receita federal (Lagemann, 1985, p. 192). Em 1970, com a implantação do PIS, o governo Federal impôs uma redução do ICM recolhido pelos Estados por 5 anos, com vistas a diluir o impacto do novo tributo sobre as empresas. Mais uma imposição discricionária sobre as finanças estaduais. O resultado destes movimentos encontra-se sintetizado no Quadro 1 abaixo.

Como se pode ver, a participação dos Estados na arrecadação tributária passa de pouco mais da metade (50,4%) em 1967 para pouco mais de um terço em 1975. Não bastasse a União ter deixado de ressarcir o RS por seus investimentos em infraestrutura nas décadas de 30, 40 e 50, não bastasse termos, já, a maior percentual de inativos na folha de pagamentos em toda a Federação, ainda fomos impedidos de contar com os recursos necessários para efetivar qualquer amortização da dívida contratada anteriormente. Mas isto sequer é tudo. Há muito mais para contar.

Quadro 1

Distribuição % das Receitas por Esfera Administrativa				
Ano	União	Estados	Municípios	Total
1967	44,90%	50,40%	4,70%	100%
1975	62,00%	33,90%	4,10%	100%
Fonte: Zimmermann, A. in Lagemann (org). 1985, p.191				

Na segunda metade da década de 70, quando as alíquotas de ICM voltam a subir, tem início a política de apoio à exportação do governo Federal baseada na desoneração de ICM sobre os produtos destinados ao mercado externo. Vale dizer: a famosa e famigerada Lei Kandir deita suas raízes na Ditadura Militar. E, desde a década

de 70, já abalava, prioritariamente, aqueles Estados que apresentavam uma maior abertura para o exterior. Justamente o caso do RS, cuja posição geográfica (na divisa com Uruguai e Argentina e próximo do Paraguai) e especialização produtiva (soja, tabaco, calçados, máquinas e implementos agrícolas, dentre outras) lhe garantiu, por anos, a liderança entre as UFs em termos de abertura para o exterior. De acordo com o ex-Secretário da Fazenda do Governo Rigotto, Ario Zimmermann, entre 1973 e 1979, a perda de arrecadação de ICMS do RS em função das políticas de isenção do ICM para a exportação girou em torno de 17,54% da arrecadação potencial do Estado (Lagemann, 1985, p. 195).

Mas isto ainda não é tudo. Na busca de integrar e garantir um mínimo de homogeneização das condições de produção em todo o território nacional, os governos militares mobilizaram a capacidade de investimento do setor público para a criação de equipamentos logísticos e de geração de energia em todo o território nacional. Em 1964 o Brasil contava com apenas 3 mil kms de estradas asfaltadas. Vinte anos depois, havia 45 mil kms de estradas asfaltadas. A produção de energia hidrelétrica deu um salto com a construção de barragens como Itaipu e Tucuruí. A produção siderúrgica triplicou e se espalhou para o Norte, com o desenvolvimento do Projeto Grande Carajás. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, durante o Governo Geisel, deu as bases para um intenso processo de diversificação industrial do país.

Ora, é público e notório que estes processos apresentaram elementos positivos e negativos. Mas não está em nosso horizonte fazer uma avaliação crítica dos mesmos. O que interessa é apenas resgatar o impacto dos mesmos sobre: 1) as finanças públicas do RS em comparação com as demais UFs; e 2) sobre a qualificação produtiva do Estado. Para tanto, é preciso resgatar a relação entre

geração de tributos e receitas para a União em cada região do país e o retorno, em termos de despesas e investimentos realizados pela União em cada região do país. Tomamos o ano de 1975 como referência, na medida em que ele marca o início do II PND e divide ao meio os 20 anos de Ditadura Militar. O Quadro 2, abaixo, explicita o ponto para o qual queremos chamar a atenção.

Quadro 2

Receitas e Despesas da União por Regiões do Brasil em 1975 (Administração e Decentralizada)					
Território	Despesa		Receita		Despesa/ Receita
	Cr\$ milhões	% no BR	Cr\$ milhões	% no BR	
Norte	7.189	3,53%	2.882	1,37%	2,49
Nordeste	24.314	11,92%	14.281	6,78%	1,70
Sudeste	119.543	58,62%	158.950	75,46%	0,75
Sul	19.324	9,48%	24.024	11,40%	0,80
Centro-Oeste	33.557	16,46%	10.511	4,99%	3,19
TOTAL	203.927	100,00%	210.648	100,00%	0,97
Fonte: Zimmermann, A. in Lagermann (org). 1985, p.191					

Parece-me que o Quadro 2 é auto evidente. Mas talvez caiba um breve comentário. Tomemos as linhas referidas ao Sul e ao Centro-Oeste. Em 1975, os três Estados do Sul geravam uma arrecadação para o Governo Federal que era quase duas vezes e meia maior do que a arrecadação obtida no Centro-Oeste (24 bilhões de cruzeiros contra 10,5 bilhões de cruzeiros). Não obstante, o Centro-Oeste recebia 1,73 vezes mais recursos da União do que os Estados do Sul (33,5 bilhões de cruzeiros contra 19,3 bilhões). Mas, para nossos jornalistas “fofos”, o problema do RS é que ele não fez o dever de casa. E para demonstrar sua sapiência apontam para os alunos meritocratas: os Estados do Centro-Oeste. Se eles conseguiram implantar um sistema de infraestrutura sem se

“endividarem em excesso”, é porque são bons meninos e fizeram o dever de casa. Estes ideólogos da meritocracia federalista sequer se preocupam em saber se, por acaso, não foi o Rio Grande Maluquinho que fez hora extra para financiar os presentes que o Papai Noel de Quatro Estrelas deu para a turma da Novacap e para os latifundiários do Cerrado.

Mas vamos nos acalmar com a história toda, pois ela está apenas no início. Sinto pelo textão. Mas, no quadro de ignorância dos fatos em que nos encontramos, é preciso ir fundo na análise. Retomemos um ponto já explorado: com a reforma tributária de 1966/67, com a imposição pelo Governo Federal da depressão da alíquota de ICM durante a constituição do PIS e, posteriormente, pela imposição de subsídios à exportação, a receita arrecadada pelo Tesouro Gaúcho foi fortemente acicatada. Afinal, éramos o Estado com a maior abertura para o exterior no Brasil. Além disso, havíamos constituído uma dívida significativa para financiar a infraestrutura básica do RS, éramos o único Estado que havia garantido aposentadoria integral para o funcionalismo desde o advento da República e – para “piorar” -, sob a égide de Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros, Flores da Cunha, Ernesto Dornelles e Leonel Brizola, havíamos construído um sistema de educação básica realmente universal. O que implicava em “gastos excessivos” (sic) com educação e, por extensão, com a aposentadoria do excesso de “professores” desde meados do século passado. No quadro político da Ditadura, não era possível sequer denunciar o tratamento “igualitário” dado a Unidades da Federação com histórias tão desiguais como a nossa. A única alternativa era “empurrar com a barriga” a dívida já formada, renovando-a na medida do possível.

Ora, após a crise do Milagre, o Brasil voltou a crescer impulsionado, mais uma vez, pelos gastos governamentais ao

longo do II PND. O problema é que a economia mundial havia entrado em letargia desde a Primeira Crise do Petróleo, em 1973/4. O desdobramento dos diferenciais de dinamismo da economia brasileira e mundial foi a exponenciação de nossos problemas no Balanço de Pagamentos. O projeto de diversificação produtiva do Governo Geisel implicava, num primeiro momento, na ampliação das importações. Enquanto a recessão mundial deprimia o crescimento de nossas exportações. Com vistas a superar o gargalo de divisas, o Governo passou a estimular a tomada de financiamentos externos por parte de empresas estatais e das Unidades da Federação. Enquanto a liquidez internacional era grande, o crédito era farto, as taxas de juros eram baixas e a taxa de câmbio cruzeiro x dólar mantinha-se estável em termos reais, valia a pena tomar empréstimos no exterior. Porém, nos últimos anos da década de 70 o Banco Central dos EUA – o FED – dá início a um processo de elevação das taxas de juros em dólares. Como os empréstimos tomados no exterior operavam com taxas de juros flutuantes, a elevação das mesmas impactava sobre os serviços das dívidas já assumidas. E na medida em que empresas e países da periferia começaram a mostrar dificuldade de cumprir suas obrigações às novas taxas de juros, os bancos internacionais deixaram de refinarçar as dívidas vencidas. O México foi o primeiro a quebrar. Mas, na sequência, vieram os demais. Inclusive o Brasil.

Os ajustes impostos à economia brasileira nos últimos anos da Ditadura foram draconianos. Mas, como de costume, o principal instrumento de ajuste foi a socialização dos prejuízos privados, via incorporação, pelo Estado, da maior parte das dívidas externas das empresas. Não será preciso dizer que as empresas estatais e os governos estaduais não puderam usufruir das mesmas benesses. Pelo contrário: enquanto “partes do Estado”, estatais e executivos

estaduais foram igualmente sacrificados no (des)ajuste dos governos Figueiredo e Sarney. Acompanhando a dinâmica internacional, as taxas de juros internas foram elevadas a patamares jamais vistos. Buscando driblar a carência de divisas, o governo federal adotou novas medidas com vistas a estimular as exportações. Dentre as quais encontravam-se as diversas maxi desvalorizações de Delfim e os sistemas de gatilho salarial que nos levaram à hiperinflação e à ciranda financeira dos anos 80. Um quadro que dificultou sobremaneira a rolagem da dívida estadual. Não fosse o apoio do Banrisul e do BRDE na rolagem da dívida pública, o RS não conseguiria rolar seus débitos. Pois pouco (e veremos adiante a “qualidade” do mesmo) apoio foi possível obter do Governo Federal. De qualquer forma, e a despeito da enorme competência e expertise dos técnicos do sistema financeiro público gaúcho, em meados dos anos 80, as finanças estaduais encontravam-se em estado lamentável.

PARTE 3

Resgatando e sistematizando o já dito

Nosso ponto de partida é uma homenagem a um dos melhores filmes de Glauber Rocha: “O Dragão da Ignorância contra o Santo Aristóteles”. A ignorância pretenciosa da mídia charrua defende insistentemente o ponto de vista de que todos os Estados devem ser tratados da mesma forma e que, se nós não fizemos o dever de casa, é porque somos meninos e meninas malcomportados que precisam ficar de castigo. A mídia ignora o fato de termos uma história de desenvolvimento muito particular, que envolveu, dentre outros fatores os seguintes:

- Fomos o primeiro Estado da Federação a generalizar a aposentadoria integral para o funcionalismo público estadual, passando a ter uma conta de inativos a partir de meados dos anos 20 do século passado. Enquanto a maioria dos Estados passa a ter uma conta de inativos a partir de meados dos anos 70 do século XX. E há Estados – como os antigos Distritos Federais do Amapá, Roraima e Rondônia – cujos funcionários públicos aposentados encontram-se, todos, sob responsabilidade do Tesouro da União. A assunção desta responsabilidade onerosa precoce adveio de uma “negociação” entre os governos Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto para garantir a derrota do movimento dos latifundiários sulistas contra o Imposto Territorial Rural;

- Entre a Revolução de 30 e o Golpe Militar de 1964, os investimentos públicos em infraestrutura e na criação de empresas estatais, bem como em apoio à atração de multinacionais e a criação de sistemas industriais tripartites (estado – multinacionais – privadas nacionais) concentraram-se no Sudeste, em especial no eixo RJ-SP. A necessidade de apoiar a sobrevivência do segundo parque da indústria de transformação do país – localizado no RS –

levou os governos estaduais entre Flores da Cunha e Leonel Brizola a assumirem para si a construção da infraestrutura necessária ao mesmo tempo em que garantiam vantagens fiscais a empresas gaúchas que operavam em escala inferior à escala padrão do Sudeste. A construção de infraestrutura rodoviária, elétrica e telefônica – que, no resto do Brasil, ficou sob responsabilidade da União – foi realizada, no extremo sul, pelo Estado gaúcho. O que envolveu um endividamento que jamais foi ressarcido pela União. Pelo contrário: consolidada a infraestrutura e a concentração espacial da indústria e dos serviços no Sudeste, o governo da ditadura trata de garantir a ocupação econômica de todo o território nacional, privilegiando as regiões Nordeste, Norte e, acima de todas, o Centro-oeste. Emergem, também, importantes obras públicas em parte da região Sul, como Itaipu. O Estado com a pior relação entre tributação e investimentos federais será o RS. Além disso,

- O Governo Ditatorial impõe uma reforma fiscal em detrimento das Unidades Federadas em 1967. Logo adiante, cria o PIS e “compensa” as empresas pela criação do novo tributo através da imposição da queda da alíquota do ICM. Entre 1965 e 1975 a participação dos Estados na arrecadação tributária cai de 50,4% para 33,9%. Ah, dizem os jornalistas “fofos”: isto foi igual para todos. Não, não foi. A dívida pública do RS já superava o montante arrecadado em um ano. A queda de arrecadação imposta pela União implicou aumento do endividamento e piora na qualidade dos serviços públicos básicos no RS. Na segunda metade da década de 70, dois novos processos emergem por decisão da União: a) desoneração das exportações, com queda da arrecadação do ICM para Estados com maior abertura para o exterior (naquele momento, o RS era o Estado que apresentava a maior abertura em todo o país); b) elevação sistemática das taxas de juros reais, no

interior de uma política falha de combate à inflação gerada pelas maxidesvalorizações que vai penalizar, de forma particular, os Estados mais endividados (e, naquele momento, o RS era o estado mais endividado, em função dos elementos elencados em 1.2)

Mas o mais incrível, do meu ponto de vista, não chega a ser a ignorância arrogante acerca de todos estes processos. O problema maior encontra-se na pretensão de que a Federação possa ser pensada como um conjunto de entes independentes e indiferentes, onde cada um deve arcar de forma solitária e isolada com os ônus impostos discricionariamente pelo governo central. Peço perdão pela pequena digressão que farei sobre direitos e deveres internacionais, mas tenho certeza de que ela será útil a quem abraça teses tão despropositadas.

Em julho de 1944, tem início a construção do Sistema ONU em um conjunto de reuniões realizadas em Bretton Woods, nos Estados Unidos. O debate de Bretton Woods estará centrado nos mecanismos de operação do intercâmbio mundial e de financiamento para o desenvolvimento de países destruídos pela Segunda Grande Guerra, bem como de financiamento dos desequilíbrios nas relações de intercâmbio entre nações periféricas e centrais. A conferência será marcada pela contraposição de duas teses antagônicas, defendidas, respectivamente, por dois grandes economistas: John Maynard Keynes, representante do Reino Unido, e Harry Dexter White, representante dos Estados Unidos. Na concepção de Keynes, o FMI deveria operar como uma espécie de Banco Central de todas as nações. Ele seria responsável pela emissão do dinheiro mundial e deveria regular os processos de ajuste dos desequilíbrios nas Balanças de Pagamento entre os distintos países, impondo, de forma equânime, ajustamentos, tanto aos países deficitários (que deveriam desvalorizar suas moedas) quanto aos países superavitários (que deveriam valorizar suas

moedas, diminuindo, assim, seus superávits comerciais). Com vistas a suavizar os processos de ajustamento e minimizar os choques, o Banco Mundial financiaria os países deficitários e endividados com taxas de juros preferenciais utilizando-se das reservas excessivas dos países superavitários.

Os EUA propuseram um sistema bem mais simples: o dólar seria o dinheiro do mundo. Apenas os países deficitários – vale dizer: os países mais pobres e periféricos – teriam que se ajustar. Os recursos à disposição do Banco Mundial seriam menores e aportados pelos distintos países do mundo de acordo com os seus interesses. Os países que aportassem volumes maiores de recursos teriam poder de voto e capacidade deliberativa maior. Desnecessário dizer que os EUA foram vencedores na disputa. E até hoje compram o que bem entenderem no mundo “pintando papel de verde com a cara de George Washington”.

Ora, que os EUA tratem o resto do mundo como sua periferia, comprem o que bem entendam com papel pintado e manipulem suas taxas de juros – que se tornam, obrigatoriamente, a referência para as taxas de juros de todos os demais países – como bem lhes aprouver não pode surpreender a ninguém. O imperialismo norte-americano nos séculos XX e XXI faz o imperialismo inglês dos séculos XVIII e XIX parecer humano, cristão e solidário.

Mas que os jornalistas da Zero Hora entendam que o padrão de relação da União com os Estados Federados no Brasil deva seguir a mesma regra da relação dos EUA com as nações periféricas do mundo é algo que, para mim, vai muito além do compreensível. Keynes defendia o ponto de vista de que relações assimétricas e desequilibradas entre nações devem ser ajustadas por ambas: tanto as nações superavitárias quanto as deficitárias deveriam responsabilizadas e, de certa forma, penalizadas no processo de

reajustamento. Isto enquanto regra geral, ordenada e regulada pelo FMI. Porém, o ajustamento sequer era pensado por Keynes como um choque. O Banco Mundial ingressaria no processo para suavizá-lo; garantindo o refinanciamento dos países deficitários a taxas de juros definidas com base numa avaliação das condições reais e particulares de pagamento da dívida acumulada no passado. Para Keynes, cada país era um país; cada história de construção da dívida era única; e o potencial de pagamento deveria ser avaliado levando em conta, tanto a história pregressa, quanto as necessidades de investimentos e gastos sociais de cada nação.

Infelizmente, a mídia charrua se encontra tão impregnada do senso comum neoliberal que não alcança sequer entender que relações de débito e crédito devam ser administradas de forma diferenciada, de acordo com a capacidade de pagamento dos devedores e de acordo com a responsabilidade dos credores na construção da dívida. É preciso estar encharcado de neoliberalismo para não ver, nas relações financeiras, nada mais do que “contratos entre formalmente iguais” e as relações entre entes federados de uma mesma nação como equivalentes às relações entre “agentes civis no mercado”.

Vale notar que, mesmo sob as regras frias e autoritárias impostas pelos EUA, as relações internacionais não seguem rigorosamente os ditames de Tio Sam. A renegociação da dívida da Argentina levada à frente por Nestor Kirchner em 2005 foi um grande sucesso. E muitos países da periferia tiveram suas dívidas perdoadas por países mais desenvolvidos. O próprio Brasil perdoou dívidas de países africanos. E poderia, sim, reconhecer as diferenças na história da construção das dívidas e garantir um tratamento efetivamente justo, tratando os desiguais – como propõe Aristóteles – desigualmente. Mas, com toda a certeza, isto só poderia ocorrer se houvesse um mínimo de unidade neste

clamor por justiça dentro do RS.

Só que não há qualquer unidade no Rio Grande Amado. E não há, acima de tudo, porque a mídia gaudéria não apenas isenta a União de qualquer responsabilidade na construção e crescimento da nossa dívida, como inculca esta tese ignorante e avessa aos interesses do Estado na consciência de 9 entre 10 leitores dos pasquins locais. De acordo com nossos jornalistas “fofos” (para usar a terminologia de Moisés Mendes para caracterizar os arautos do senso comum que hegemonizaram a mídia charrua), todos os Estados são iguais. Se o Amapá não tem aposentados, é porque teve sorte de ter se mantido como Distrito Federal por tanto tempo. E sorte é parte do jogo de mercado; não é mesmo? Se São Paulo recebeu a maior parte de sua infraestrutura básica do Governo Federal entre os anos 40 e 60 é porque o fez por merecer; não é mesmo? Afinal, era a locomotiva da nação; e uma locomotiva vale mais que um vagão. Especialmente se ele é o último carro do comboio, como o RS. Quem mandou o vagãozinho do extremo sul querer uma infraestrutura similar e realizar obras de infraestrutura apelando para o endividamento? O problema é do vagão. Se a União, na crise da ditadura, isenta as exportações, deprimindo a arrecadação do RS e coloca as taxas de juros lá em cima, quebrando o Estado mais endividado do país, a culpa é do vagãozinho; do gauderinho que não fez o dever de casa.

E não me venha com Aristóteles ou Keynes. Esta turma tem um raciocínio muito complexo. Para o jornalista fofo, branco é branco, e preto é preto. Listrado, xadrez e cinza é coisa dos dialetas, que gostam de confusão. Já ouço os arautos da mídia apregoando: pliss, Carlos Paiva, a regra é clara: quem deve, tem que pagar. E todos os devedores, do mesmo jeito. Há exceções? Claro! Para os meritocratas. Como Lemann das Lojas Americanas, e os

empresários que receberam Fundopem Turbinado e se evadiram do Estado tão logo este acabou.

Haja paciência para tanto senso comum. Mas voltemos à história do nosso triste Estado. Quem sabe ainda há alguma esperança?

O jeito Amaral de Souza, Jair Soares e Pedro Simon de Governar

Em seu artigo intitulado “Os Passos do Endividamento”¹⁰ Juliana Bublitz conta, em sequência, duas histórias muito interessantes sobre o Governo Jair Soares. Segundo ela,

“Em uma tarde calorenta de dezembro de 1982, Jair chamou o economista Ary Burger para conversar. Queria que ele fosse seu secretário da Fazenda. A resposta foi “não”: — O Ary sabia que o Amaral tinha lançado novos títulos, que iriam estourar no meu governo. Ele disse que eu assumiria em março e, em maio, não pagaria o funcionalismo. Foi uma bomba. E a bomba só não explodiu porque o Estado passou a fazer operações de crédito por antecipação da receita repetidas vezes. Isto é, recorreu ao mercado para adiantar o que ainda estava por arrecadar, pagando juros e correção. Com isso, Jair conseguiu fazer obras de infraestrutura, abriu concurso público, contratou professores e deu aumento ao funcionalismo. Em 1985, no entanto, o déficit (despesa maior do que a receita) era motivos de preocupação. Sem alternativa, Jair Soares foi a Brasília, em 1985, pedir ajuda ao então presidente José Sarney (PMDB): — Adotei uma política de austeridade e não fiz novos empréstimos, mas precisava de autorização para rolar a dívida e emitir títulos. Ao chegar ao gabinete de Sarney, recebeu um elogio inesperado. — Fui chorar as pitangas, e ele disse: “Que gravata linda!” Era uma peça italiana e fazia parte da minha coleção. Tirei e dei para ele. Lembro disso, porque logo depois o Sarney ordenou a rolagem da dívida. Foi um alívio, mas ainda sinto falta daquela gravata — brinca o ex-governador, hoje com 79 anos.” (Juliana Bublitz, ZH, 10/08/2013)

¹⁰ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2013/08/infografico-o-passo-a-passo-do-endividamento-do-rs-4229828.html>

A passagem é reveladora de uma dimensão importante da evolução das finanças públicas na crise da ditadura militar: a absoluta falta de transparência da gestão das dívidas, seja da União, seja dos Estados. O processo de estatização da dívida externa levado a cabo pelos governos Geisel, Figueiredo e Sarney sempre foi – e continua sendo – uma caixa preta. Assim como as diferenças do tratamento recebido pelas mais diversas empresas nacionais, multinacionais e estatais e pelas distintas Unidades da Federação. O Governador eleito, Jair Soares, do mesmo partido de Amaral de Souza, não sabia da situação fiscal do Estado às vésperas de tomar posse. É informado pelo renomado economista Ary Burger que, com certeza, tinha alguma informação de cocheira. Idem, ibidem, Jair deixa uma bomba no colo de Simon após a negociação entre quatro paredes que teve com Sarney e que lhe permitiu sair de uma situação de absoluta insolvência para uma situação de maior flexibilidade “em troca de uma gravata”.

No primeiro capítulo deste ensaio, comentei que a avaliação elogiosa de Liderau Marques Jr. às contribuições de FHC para a inviabilização da economia gaúcha, apesar de (no mínimo) estranhas, continham um grão de verdade. E que iríamos comentar posteriormente onde se encontrava esta dimensão. É aqui que ela se encontra. Na passagem – lenta, gradual e (in)segura – da Ditadura à Nova República, o que se vê, acima de tudo, é a dificuldade de visualização, a falta de transparência. Este é o reino do “jeitinho” e do “troca-troca”. Só o que fica difícil de acreditar é que, nas negociações pela rolagem da dívida no último ano de governo de Jair Soares, o troca-troca do nosso primeiro governador eleito pelo voto direto após 1964 com o primeiro presidente civil tenha se restringido a uma gravata italiana. Por mais bonita que ela fosse, os tempos não admitiam tanta concessão por um mimo tão pequeno. A verdade é que o Brasil se encontrava

às vésperas da mais importante eleição de sua história: a eleição para o Congresso Constituinte. O Planalto já organizava aquele que seria o grande projeto para garantir a vitória ao PMDB de Sarney: o Plano Cruzado. Porém, não era garantido que o Plano se sustentasse até o período eleitoral. Todo o apoio era bem-vindo. E é muito difícil acreditar que estas questões não estivessem presentes na pauta de Sarney com Jair Soares.

Seja como for, nas eleições de 1986, Jair Soares havia abandonado seu partido de origem – o PDS – e migrado para o PFL. A divisão imposta entre os filhos da “extinta Arena” no RS levou à derrota das candidaturas dos dois partidos (à despeito da coligação entre PDT e PDS em 1986) e à vitória de Pedro Simon, bem como a conquista das duas vagas do Senado daquele ano pelo PMDB. Mas, de outro lado, se a vitória foi grandiosa para o PMDB nacional, ela foi bem custosa para Pedro Simon. Com a troca de mimos entre Sarney e Jair Soares, este último deixou uma bomba armada na cadeira do novo governador. Uma bomba que faria aquela outra, deixada por Amaral de Souza na cadeira de Jair, parecer um traque de festa junina. Uma bomba associada a elevação do piso salarial da maior categoria de funcionários públicos estaduais: os professores.

De acordo com Juliana Bublitz, naquele momento, a situação fiscal era tão grave que Simon, logo nos primeiros dias de seu governo *“suspendeu a folha e anulou atos do predecessor, entre eles a decisão de pagar 2,5 salários aos professores”* (Juliana Bublitz, ZH, 10/08/2013).

A reação dos professores não se fez esperar. Foi iniciada uma greve que se estendeu por quase quatro meses. Ao final chegou-se a um acordo que marcará a história da crise fiscal do RS. Simon não irá conceder o piso acordado por Jair Soares ao final de sua gestão. Mas concederá algo que a categoria acatará como equivalente:

melhorias no Plano de Carreira, com aumento na remuneração das faixas superiores do magistério por tempo de serviço. O que este compromisso tem em comum com o piso de Jair Soares e os títulos de dívida lançados ao final do governo Amaral de Souza? A tática de empurrar com a barriga e deixar o ônus de suas dívidas e concessões salariais para os próximos governos. Veremos no quarto capítulo desta “saga” como esta tática se preservou ao longo do tempo e como ela tem tudo a ver com o “Regime de Recuperação Fiscal” de Sartori e Leite. Mas vamos com calma. *Tempum tempis donari.*

Porém, durante o governo Simon, ainda havia uma folga negocial com o Governo Federal. Com a Constituinte Parlamentar em curso, volta e meia era preciso algum apoio dos Governadores para a consolidação e vitória de uma certa posição defendida por Sarney e pelas lideranças do PMDB no Congresso. Apesar de apenas o Estado do Sergipe não haver eleito um Governador do PMDB (elegeu Antônio Valadares, do PFL), a bancada do PMDB no Congresso correspondia a aproximadamente 54% do total. E, por vezes, era preciso mobilizar os demais partidos. O que envolvia concessões para garantir a governabilidade e vitórias na Constituinte. Assim, em 1987, o Governo Federal promove um programa de “Ajuda Financeira” aos Estados. Permitindo mais um suspiro ao Governo Simon. E, até mesmo, algumas (poucas) concessões salariais.

O que importa é reconhecer a unidade básica do padrão de gestão da crise destes três governos. Todos enfrentaram greves prolongadas e foram – pelo menos no plano formal e aparential – bastante rigorosos nas concessões salariais. Mas concederam “para o futuro”, tornando as finanças gaúchas ainda mais insustentáveis. Para as próximas gestões. Creio que é de domínio público que o princípio primeiro de sustentabilidade é garantir a preservação das

condições de sobrevivência para as próximas gerações. Foi exatamente isto que Amaral de Souza, Jair Soares e Pedro Simon não fizeram com sua “forma de governar”. Na aparência, eram governos rigorosos. Na prática, deixavam bombas armadas para o futuro.

A pergunta que fica é: como será que Marcelo Rech¹¹, tão crítico dos governos irresponsáveis e gastadores, classificaria estas três gestões? Não tenho como responder a esta pergunta com segurança. Mas tenho uma intuição. Que me é dada pela inflexão política do jornalista e do veículo para o qual trabalha. Acho que Marcelo – em consonância com seus colegas da mídia corporativa que disputa com Jovem Pan, Estadão e Record o título de “a mais conservadora do país” – consideraria pelo menos os governos Amaral de Souza e Jair Soares como sérios e responsáveis. Afinal, estes dois governadores apoiaram a ditadura militar, não é mesmo? Mas, devo confessar, essa assertiva é mera intuição. Certeza, mesmo, só tenho uma: a mídia charrua em geral – e a RBS em particular – reverencia mesmo apenas um governo. Justamente aquele que foi o pior governo das últimas décadas: o Governo Britto. Vejamos o porquê.

¹¹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marcelo-rech/noticia/2023/05/a-hora-do-rio-grande-clhazb0q0003d015bhc89dd0b.html>

De Alceu Collares a Olívio Dutra: no meio do caminho havia uma pedra

O Governo Collares tem início na pior fase do pior Governo da Nova República (Bolsonaro é *hors concours*): o segundo ano do Governo Collor. A estratégia de combate à inflação pelo enxugamento radical da liquidez via congelamento de valores em todas as contas financeiras (inclusive conta corrente) havia naufragado. O país voltava à hiperinflação com um governo submetido a críticas acerbas pela corrupção e, por extensão, tentando demonstrar alguma seriedade às custas dos demais entes federados. Na verdade, o fim das negociações baseadas em conversas a portas fechadas e troca-troca de gravatas já começa no governo Collor. E apenas prossegue na gestão Itamar e FHC. Por isto mesmo, as opções abertas ao pedetista Collares para administrar a rolagem da dívida ficaram restritas àqueles instrumentos disponíveis no plano rigorosamente interno: o uso (e abuso) do (potente e eficiente) sistema financeiro público estadual. Nos termos de Juliana Bublitz:

“Quando Alceu Collares (PDT) assumiu o poder, em 1991, a situação havia chegado a tal ponto que os títulos precisavam ser rolados diariamente. Era necessário oferecer prêmios de risco para que os investidores continuassem financiando o rombo. Muitas vezes, o ônus acabava recaindo sobre os bancos públicos. Todas as noites, o ex-secretário da Fazenda, Orion Cabral, esperava o telefone tocar, ansioso. — Fechou a posição? — perguntava. Era o jargão usado para saber se os operadores do Banrisul haviam conseguido renovar os títulos. — O estresse era tanto que engordei 12 quilos — recorda Cabral, hoje com 78 anos. Nesse período, o Estado foi proibido de lançar novos papéis, exceto para a rolagem. O Piratini conseguiu negociar com a União o pagamento de contratos de

financiamento de longo prazo, mas a dívida em títulos se manteve, e a pressão também. — O clima era de terrorismo. Queriam que pagássemos nas piores condições. Mas eu sou de Bagé. Não me dobrei — afirma Collares, que chegou a apresentar uma proposta de federalização, sem sucesso.” (Juliana Bublitz, Zero Hora, 10/08/2013)

Ao final do Governo Collares, um novo impacto: a adoção do Plano Real leva a uma elevação radical dos juros reais, como forma de garantir a ancoragem cambial da nova moeda. A partir do início dos anos 90, o crescimento acelerado da China deu origem a saldos comerciais positivos do Brasil com o resto do mundo e à acumulação de reservas cambiais. Desde então, o Brasil volta a ser um player no mercado financeiro internacional. E alcança canalizar recursos via Conta Capital (vale dizer, via empréstimos) sempre que necessita de divisas, elevando sua taxa de juros se de forma a superar as taxas de referência no mercado mundial (em especial, as taxas vigentes nos EUA, no Reino-Unido, na União Europeia e no Japão).

Ora, nos primeiros momentos do Plano Real emerge uma dúvida dos agentes financeiros privados nacionais sobre a sua sustentabilidade. E o ataque especulativo da “banca nacional” – sempre tão patriota! – é respondido pelo Banco Central com a imposição de taxas de juros que fariam qualquer usurário corar de vergonha. Nos termos de Juliana Bublitz:

“Na década de 90, a dívida pública do Estado deu um salto com o fim da inflação e o início do Plano Real, em 1994. Em quatro anos, de 1994 a 1998, o valor mais do que duplicou em função da alta dos juros.” (Juliana Bublitz, Zero Hora, 10/08/2013)

Collares foi vítima do lançamento do foguete dos juros, em 1994. E Britto arcou com o período subsequente. Mais uma vez, deliberações unilaterais do Governo Nacional impuseram uma elevação exorbitante da dívida do Estado do RS. Mas a mídia

complacente e “fofa” (se nos permitem, mais uma vez, usar o vocabulário tão expressivo de Moisés Mendes para designar o senso comum que reina entre os jornalistas da “imprensa gaudéria”) acredita que o problema é nosso.

Afinal, quem tomou emprestado foi o Estado gaúcho. Se, depois, o governo federal impôs queda na arrecadação na Reforma Tributária de 1967 e nos 5 primeiros anos do PIS, se deu subsídio às exportações reduzindo a alíquota efetiva do ICM nos Estados exportadores e mais que dobrou a taxa de juro real para garantir uma taxa de câmbio hipervalorizada (asfixiando a economia dos Estados exportadores) é uma outra questão. São “coisas que acontecem”. Dívida é uma coisa sagrada. Vai fazer o dever de casa, gauderinho malcriado! E nem me vem com este papo humanista e populista de “saúde, educação e segurança”. O que importa é pagar a dívida! E Britto, formado na cultura RBS, vai fazer o dever de casa. Mas – como diria Marx – *cum grano salis*.

Britto vai privatizar a rodo (a começar pelas joias da coroa: CEEE e CRT), diminuir o sistema financeiro público (incorporando a Caixa Econômica Estadual ao Banrisul), pedagiar estradas, aumentar as alíquotas do ICMS e congelar salários. Mas, em compensação, vai transformar o RS no paraíso fiscal dos empresários meritocratas fazendo uma verdadeira farra com o Fundopem. O RS já era um pequeno “Paraíso Fiscal” em Belíndia (este país chamado Brasil que é metade Bélgica e metade Índia). Mas, com Britto, vamos muito além do já experienciado.

Em trabalhos do início dos anos 80, dois economistas já citados nos capítulos anteriores desta “saga” sobre o Rio Grande Amado, com amplo e profundo conhecimento das contas públicas, afirmavam que parte da dívida gaúcha se devia às isenções fiscais. Segundo Luís Carlos Bordin,

“Estudos da Divisão de Estudos Econômico-Fiscais da Secretaria

da Fazenda demonstram que, confrontando, nos últimos 10 anos, a arrecadação potencial, medida pelo valor adicionado, e a arrecadação efetiva, o Estado vem arrecadando menos da metade do valor potencial do ICM. Ora, este hiato, se analisado anualmente, é muito superior às operações de crédito contraídas.” (Luiz Carlos Bordin; in Lagemann, Eugênio (org.), 1985, pp. 146 e 147; o negrito é meu)

De outro lado, a avaliação do ex-Secretário da Fazenda do Estado, Ario Zimmermann, realizada em outro artigo da mesma coletânea, é discretamente mais conservadora (logo veremos o porquê). Segundo Zimmermann

“A diferença entre a base teórica de cálculo para arrecadar e o montante efetivamente pago é elevada. Segundo estimativas do Grupo de Estudos para Reforma Tributária, instituído pelo Conselho de Desenvolvimento dos Estados do Sul (CODESUL), as isenções representam 44,1% do potencial do ICM do Rio Grande do Sul no ano de 1981.” (Ário Zimmermann, in Lagemann, Eugênio (org), 1985, p. 198)

Segundo Bordin, a arrecadação estadual é inferior à metade do potencial, algo como 45% do mesmo. Já, para Zimmermann, as isenções **é que** corresponderiam a pouco menos de 45% do potencial. Como explicar esta diferença de 10% nas duas avaliações? Simples: pelas evasões fiscais, pelos tributos devidos, mas não recolhidos em função de carências no sistema de fiscalização. O que importa é que o Estado abria mão, de uma forma ou de outra, de pelo menos metade de seu potencial de recolhimento.

Ora, já vimos que o elevado grau de isenção fiscal emerge no RS como resposta aos benefícios concedidos pelo Governo Federal à indústria do Sudeste, durante o período 30-64. Igualmente bem, vimos que o endividamento do Estado se descola do padrão dos demais Estados neste mesmo período, pois os subsídios concedidos são contraditórios com a necessidade de criação de uma

infraestrutura logística e energética capaz de garantir competitividade para a produção gaúcha.

Porém, a realidade que impôs este quadro de elevados subsídios já havia mudado. Ao longo do tempo, a indústria do RS encontrou seu nicho de especialização e adquiriu competitividade, seja por determinações internas (ganhos de escala e expertise tecnológica em suas áreas), seja por determinações externas (consolidação e qualificação da infraestrutura de transporte e energia). O que caberia fazer neste momento? Avaliar as possibilidades de redução dos incentivos fiscais através de uma análise detalhada dos gargalos que ainda se interpunham à consolidação competitiva de cada setor e/ou cadeia produtiva específica. Um exemplo pode ajudar na compreensão do quadro.

Apesar de não contar com nenhuma montadora de automóveis, o RS era o segundo parque automotivo do país, em função de sua indústria de ônibus, caminhões, tratores, colheitadeiras. Some-se a isso a ampla produção de implementos agrícolas, silos para armazenagem de grãos e máquinas para as indústrias calçadista e alimentar e teremos o segundo parque demandante de lâminas de aço do país, superado apenas por São Paulo. Não obstante, o RS não contava – e não conta! – com nenhuma laminadora de aço em seu território. Este é um gargalo evidente do amplo e representativo setor metalmeccânico gaúcho. Para piorar a história toda, com a onda privateira de Collor (Usiminas) e FHC (CSN, Cosipa, etc.), foi desmantelado o sistema Siderbrás; e, com ele, a garantia de preço único para as lâminas de aço vendidas em todo o território nacional. Vale esclarecer: como já vimos, nos anos dourados do desenvolvimentismo, o governo federal implantou as grandes siderúrgicas nacionais na região Sudeste do país. Mas, posteriormente, tentando impedir a excessiva concentração industrial nesta região, definiu um preço

único para as lâminas de aço, de sorte a não inviabilizar a competitividade das empresas consumidoras de aço sediadas em outros territórios. O RS (em função do grande setor metalmeccânico) e o Amazonas (em função do Polo Industrial de Manaus) eram os principais beneficiários desta estratégia. Que soçobra com as privatizações.

Pergunta retórica: o que deveria fazer um governo estadual com sérios problemas de endividamento ao se deparar com um golpe perpetrado sobre algumas de suas cadeias produtivas mais importantes e agregadoras de valor? Resposta óbvia: atrair uma laminadora para o território. O que seria extremamente simples. Afinal, o RS era o segundo principal demandante de lâminas de aço do país. Não obstante, o Governo Britto tinha o mesmo DNA do Governo FHC. E também tinha os seus devaneios em criar *ex nihilo* (ou quase *nihilo*) novos capitães de indústria em setores que não lhes eram naturais. FHC criou “grandes empresários”, como Benjamin Steinbruch, que, herdeiro das tecelagens do Grupo Vicunha, emerge como o rei do aço com a aquisição da CSN e o primeiro CEO da Vale do Rio Doce após sua privatização histórica e memorável (pela subestimação de suas reservas e de seu valor de mercado). Britto queria transformar a maior produtora de aços longos do Brasil – o Grupo Gerdau – em uma empresa metalúrgica diversificada. E buscou convencer a empresa a construir uma laminadora em nosso Estado, impulsionada por grandes subsídios. A estratégia do governo quase deu certo, e, em 1998, a Gerdau chegou a anunciar a construção da nova laminadora, num empreendimento que seria levado à frente juntamente com a Marcopolo¹². Contudo, a empresa volta atrás desta decisão ao se aperceber (ou ser informada?) de que o período de “real forte” do

¹² <https://www.infomet.com.br/site/noticias-ler.php?bsc=ativar&cod=1936>

primeiro mandato de FHC estava para espirar e que o segundo mandato teria início com o fim da ancoragem estrita do real ao dólar. Assim sendo, 1998 era o último ano para “aquisições baratas” no exterior. E a Gerdau decide adquirir uma laminadora argentina. O problema é que o governo Britto já havia descartado uma proposta de instalação, no território gaúcho, de uma laminadora controlada pela maior empresa siderúrgica do mundo: a ArcelorMittal, que acabou por conquistar o apoio que demandava do Governo de Santa Catarina, onde instalou a planta Vega, em São Francisco do Sul, no extremo norte deste Estado.

Qual foi a reação do Governo Britto para garantir a competitividade de nossa indústria metalmeccânica? Passou a arcar com os custos de transporte das lâminas de aço adquiridas pela indústria interna. E isto segue em curso até hoje: quem paga pelo transporte das lâminas de aço adquiridas pelos mais diversos setores da segunda indústria metalmeccânica mais importante do país são os contribuintes do Tesouro do Estado quando adquirimos mercadorias e pagamos ICMS. Quanta eficiência, não é mesmo? Mas isto não é nem o início da história dos grandes equívocos do Governo Britto.

Britto tinha uma obsessão: a “modernização” da estrutura produtiva gaúcha. Com a arrogância que tanto caracteriza nossos jornalistas, que reputam sabedoria extrema ao seu amplo e profundo domínio do senso comum, Britto “sabia” que nossa estrutura produtiva era tradicional, tosca e (por que não dizer?) brega. Afinal, quais eram os setores mais importantes da indústria gaúcha? Calçados, mobiliário, máquinas e implementos para a agricultura (irc!), tabaco, indústria de alimentos (com ênfase em proteína animal e derivados de soja, trigo e arroz), vitivinicultura e indústria de vestuário. Na concepção de Britto, estes setores eram, todos, atrasados. Aparentemente, o fato de que a produção

de lácteos (parte da indústria de proteína animal) envolvesse uma indústria de ordenhadeiras mecânicas automatizadas ou que a cadeia calçadista desse sustentação à fabricação de máquinas de controle numérico para cortes de solados, de couro e de outros materiais para calçados passava despercebido para Britto e seus assessores diretos. Assim, era preciso mudar radicalmente a nossa estrutura produtiva.

Uma das ideias mais “jeniais” (com J, mesmo) do Governo Britto foi agregar valor à produção de tabaco. De uma certa feita, durante o Governo Olívio Dutra (no qual trabalhei ocupando postos em três Secretarias de Estado: Geral de Governo, Desenvolvimento e, por fim, Planejamento) tive a oportunidade de debater com o ex-Secretário da Fazenda de Antônio Britto, o querido amigo (infelizmente, já falecido) Cézar Busatto num evento na Federasul. Na oportunidade, Busatto me questionou:

“Paiva, tu certamente sabes que o RS é o maior produtor de tabaco do Brasil. Tu achas correto que, a despeito deste fato, nós não tivéssemos uma única fábrica de cigarros no Estado?”

Respondi prontamente:

“Caro amigo Cézar, tu, por um acaso, te deste ao trabalho de perguntar aos diretores das fábricas de cigarro no Brasil por que de tamanha burrice e irracionalidade? Por que eles nunca se aperceberam que o melhor lugar para instalar uma fábrica de cigarros seria o RS? ... Certamente não. Pois se tivesses perguntado, obterias uma resposta tão simples quanto definitiva. Ocorre, Cézar, que um container de tabaco prensado é transformado em dez containers de cigarro. Uma carteira de cigarro, é uma folha de fumo cheia de ar. Não faz o menor sentido produzir cigarros no RS para transportá-lo até o Pará. O lugar onde devem ser produzidos cigarros é no centro do país, próximo aos principais polos consumidores. Não no RS, próximo da produção de tabaco. Tão logo cesse o Fundopem turbinado que vocês deram para atrair as fábricas de

cigarros, elas migrarão, novamente, para o seu local natural: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás.”

Mas há um detalhe que eu não cheguei a comentar com o amigo Busatto neste memorável debate. Mas que comento agora. Enquanto os cigarros eram produzidos no seu lugar devido, de acordo com a opção locacional economicamente racional, ao ingressarem no RS, o Estado arrecadava ICMS sobre cigarros. E o valor era expressivo. Pois o ICMS não é apropriado integralmente pelo Estado onde a produção é realizada se o consumo se realiza em outra Unidade da Federação. Quando a produção é em Minas Gerais (maior produtor de cigarros do Brasil), mas o consumo é no RS, o ICMS é dividido entre o Estado produtor e o consumidor. Assim, o RS auferia um valor não desprezível de impostos enquanto não interferia (indevidamente) na lógica empresarial de maximização de lucros. Ao atrair a Souza Cruz e a Philip Morris para o RS, concedendo completa isenção de ICMS e, ainda por cima, apoiando os investimentos das duas empresas com concessões de terrenos e infraestrutura, o Estado deixou de arrecadar e gastou em obras desnecessárias, que logo seriam sucateadas. Não é Jenial? Sim. É Jenial. Mas ainda é apenas a ponta do iceberg. Há mais para contar.

A estrutura do Fundopem está baseada num princípio: apoia-se o investimento em criação ou ampliação de capacidade. Isto significa o seguinte: se um determinado segmento industrial não existia no RS, ao atrair uma empresa para produzir internamente, os produtos que passarão a ser produzidos internamente serão (a princípio, sujeito a exceções) objeto de taxaço de acordo com as regras fiscais vigentes. Porém, o recolhimento efetivo do ICMS não será feito imediatamente, mas após um longo período de carência. E, quando este pagamento vier a se realizar (mais uma vez, como regra geral, sujeita a exceções),

ele não será objeto de correção monetária ou juros: os valores pagos de forma diferida serão os valores devidos nominalmente na data da origem do evento.

Isto significa dizer que, para as empresas de setores novos, inexistentes até então – como a produção de cigarros e de automóveis de passeio – as vantagens são deveras significativas. Ainda que elas impactem negativamente sobre o erário, que deixa de receber a parcela do ICMS que lhe seria devido quando da importação dos bens de outros Estados. A questão é: como fica o recolhimento do ICMS para empresas que já estavam instaladas no RS e que estão apenas realizando uma ampliação de suas instalações?

A regra do Fundopem era clara: neste caso, o valor do ICMS cujo pagamento será diferido corresponderia apenas e tão somente àquela parcela do faturamento da empresa que excedesse o faturamento médio prévio aos investimentos. Imaginemos uma empresa que faturasse R\$ 100 milhões antes da concessão do Fundopem, e que este faturamento correspondesse a um Valor Agregado de R\$ 50 milhões (vale dizer: se os outros R\$ 50 milhões de faturamento correspondessem ao custo dos insumos). Suponhamos, ainda, que a alíquota do ICMS sobre este setor fosse de 15% sobre o Valor Agregado. Neste caso, a empresa deveria estar contribuindo com R\$ 7,5 milhões para o erário do Estado. Suponhamos, agora, que, ao realizar um determinado investimento, a ampliação de sua capacidade produtiva a levasse a duplicar a produção e, portanto, a faturar R\$ 200 milhões, gerando um valor agregado de R\$ 100 milhões. O Fundopem garantiria um abatimento na arrecadação imediata sobre o Valor Agregado Extra (a parcela marginal), nos R\$ 50 milhões a mais que ela passou a produzir. Suponhamos que o Fundopem concedido garantisse um abatimento de 10 pontos percentuais na alíquota incidente sobre a

produção acrescida durante 10 anos. Isto significa que a empresa passaria a contribuir com R\$ 10 milhões para o erário; sendo R\$ 7,5 milhões referidos à produção prévia ao novo investimento (alíquota de 15%) e R\$ 2,5 milhões sobre o valor agregado acrescido (alíquota de 5% sobre os R\$ 50 milhões a mais).

Ora, é impossível negar que este é um sistema de apoio ao investimento que conta com alguma racionalidade. Desde que: 1) sua operação efetiva corresponda às regras formais que o orientam; e que 2) o apoio ao investimento esteja centrado na ampliação da capacidade produtiva e oferta efetiva de empresas e setores já instalados no Estado e cuja produção era inferior à demanda dos elos à jusante (os clientes, compradores) das cadeias produtivas cuja competitividade e lucratividade se buscava ampliar. O problema é que nenhum dos dois quesitos foram respeitados pelo Governo Britto.

Em primeiro lugar, este governo privilegiou a atração de novas empresas e setores, ao invés de qualificar e ampliar a produtividade e competitividade de cadeias já existentes. Ao atrair novas empresas, de setores que não existiam na economia gaúcha, o Governo Britto abriu mão da contribuição que as mesmas pagavam ao erário estadual quando seus produtos (como cigarros e automóveis) eram adquiridos de outras Unidades da Federação. Mas isto, mais uma vez, ainda é só ponta do iceberg. O ponto central – e o aspecto mais chocante – ainda é outro.

A verdade é que, mesmo aquelas firmas já instaladas no Estado, que já produziam na indústria estadual, foram beneficiadas com o Programa do Fundopem durante o Governo Britto de tal forma que passaram a pagar menos ICMS do que pagavam antes dos novos investimentos. Como isto foi possível?

Simples. O processo de demanda por Fundopem era controlado pela Secretaria do Desenvolvimento e Relações

Internacionais (com apoio e monitoramento da Casa Civil) durante o Governo Britto. Quando as demandas chegavam a estas Secretarias, os empresários tinham de declarar qual era a contribuição média de suas empresas ao erário nos últimos anos. E, simultaneamente, qual era a projeção de aumento do faturamento e do valor agregado nos anos subsequentes, após a realização dos investimentos e da ampliação da capacidade produtiva.

Averiguar a veracidade destas declarações era algo extremamente simples. Bastava repassá-las à Secretaria da Fazenda e averiguar se elas eram consistentes com os dados da Receita Estadual. Porém, por razões ignoradas e não sabidas, isso nunca foi feito. Os gestores do Fundopem durante o Governo Britto admitiam, por princípio, que os empresários eram incapazes de mentir, ocultar ou adulterar informações fiscais. Todas as declarações empresariais sobre os valores médios de contribuição das empresas foram admitidas, por princípio, como verdadeiras, válidas e fidedignas.

No início do Governo Olívio Dutra, foi criada uma Comissão para analisar os contratos de Fundopem do Governo Britto. Os problemas encontrados foram tamanhos que a Comissão se manteve operativa por todos os quatro anos do Governo Olívio. Ao fim e ao cabo, todos os contratos, sem uma única exceção, foram revistos. Pois havia “problemas” (e ilegalidades) em todos. Todas as empresas beneficiadas foram notificadas. Todas elas vieram para a mesa de (re)negociação e acordaram novas (e legítimas) cláusulas. Todas, sem exceção, reconheceram os problemas identificados. Estes procedimentos foram fundamentais para a melhoria da situação fiscal do Estado do RS a cada um dos anos da gestão de Olívio Dutra.

Porém, no início da gestão Germano Rigotto, foi enviado

um projeto para a Assembleia Legislativa que tinha por objeto alterações no Fundopem. A justificativa do Projeto de Lei era a necessidade de ampliar as vantagens para investimentos e instalação de empresas industriais na Metade Sul. Lá pelas tantas, surgiu uma nova cláusula no Projeto de Lei. O que ele previa? ... Nada demais. ... Tão somente determinava que todos os contratos de Fundopem firmados durante o Governo Britto voltavam a vigor em seus termos originais. E que as mudanças acordadas durante o Governo Olívio Dutra, que ampliavam a arrecadação estadual e deprimiam as isenções ilegais, passavam a ser letra morta.

Ainda bem que temos governos probos e responsáveis, não é mesmo Marcelo Rech? Como os governos Britto e Rigotto, que ao invés de deprimirem as isenções fiscais (quando isso já era possível!) as ampliaram. E o fizeram para além da legalidade. Que já era farta e ampla. Realmente, não há o que não haja.

Os próximos capítulos desta saga serão dedicados a três temas: 1) as similaridades dos acordos assinados por Britto e Leite para a rolagem da dívida do RS com o Governo Federal; 2) as diferenças qualitativas das políticas de desenvolvimento gaúcho dos governos Olívio, Rigotto, Yeda, Tarso, Sartori e Leite; 3) o tratamento dado pela mídia gaudéria a estas políticas. Posso até estar enganado. Mas tenho para mim que o problema não é só de conservadorismo. É de ignorância mesmo.

PARTE 4

Introdução

Ao final da Parte 3 desta série de ensaios sobre as relações promíscuas da mídia (des)informante e os governos neoliberais do RS, afirmei que todos os contratos de Fundopem firmados durante o governo Britto continham sérias e graves inconsistências. Alguns amigos me escreveram preocupados com a “bomba” lançada por mim e perguntaram: 1) se eu tinha certeza do que afirmara; e 2) se isto era fato, como eles nunca ficaram sabendo do mesmo. Ora, esta é justamente a questão que estou tentando tratar nesses ensaios! Mas já a respondo: 1) sim, tenho certeza; e 2) não ficaram sabendo porque a mídia não quis informar. Para demonstrar as duas afirmações vou contar três “causos” transcorridos comigo.

Primeiro “causo”: Para minha sorte, tenho muitos amigos jornalistas. Admiro demais as profissões que têm por função apresentar temas complexos de forma compreensível. Professores e jornalistas têm, de fato, a mesma função social. Nessa série de artigos, não estou criticando os jornalistas, mas seus empregadores. Que os obrigam a contar meias verdades e a ocultar o que é inconveniente. Ora, eu trabalhei no Governo Olívio e sabia muito bem o que havia se passado com os contratos do Fundopem do Britto. Tão logo Rigotto assumiu o governo e enviou o projeto de mudança da lei do Fundopem para a Alergs, liguei para alguns jornalistas que eram meus amigos à época perguntando: “Você quer saber como foi possível que Britto tenha vendido estatais, aumentado as alíquotas de ICMS, pedagiado estradas, renegociado a dívida e, mesmo assim, tenha deixado o Estado à beira da falência? Posso te explicar. Tem muito a ver com os contratos do Fundopem. Que tal tomarmos um café e eu te conto tudo?” Absolutamente ninguém se interessou pelo assunto.

Segundo “causo”: Em meados do Governo Tarso, fui convocado ao Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) para dar uma palestra sobre os desafios da Economia Gaúcha para consultores da FGV (que prestavam assessoria ao governo à época) e técnicos das Secretarias de Planejamento e do Desenvolvimento. Lá pelas tantas, fiz uma pergunta para os ouvintes:

“Alguém aqui pode me dizer qual é a percentagem de contratos de Fundopem firmados durante o Governo Britto que não seguiam, de forma estrita, as normas legais e que tiveram que sofrer ajustes durante o Governo Olívio Dutra?”

Um técnico da Secretaria de Desenvolvimento respondeu:

“Ora, isto todos os funcionários do CAFF sabem: todos os contratos, 100% deles, eram inconsistentes, e garantiam um volume de benefícios fiscais maiores do que os autorizados em lei”.

Pergunta que não quer calar: como pode ter ficado oculto do público em geral algo que qualquer funcionário do CAFF sabia e sabe? Resposta simples e óbvia: a mídia não quis divulgar. Na verdade, não quis nem saber.

Terceiro “causo”: No dia da inauguração da planta automobilística da Ford na Bahia, eu e o colega Miguel da Costa Franco fomos indicados pelo Secretário Zeca Moraes, para representar a Secretaria do Desenvolvimento num debate no Programa Polêmica, da Rádio Gaúcha, coordenado por Lauro Quadros. Debatiam conosco, pelo lado dos governos “responsáveis e probos” (de acordo com Marcelo Rech) o amigo César Busatto e o senhor Onyx Lorenzoni. A pergunta tema era: “A Ford optou pela Bahia por motivos econômicos ou políticos?” Eu fui o primeiro a falar e disse:

“Me parece evidente que ela foi para a Bahia por motivos políticos. Tão logo Britto foi derrotado nas eleições de 1998, o PMDB fez de tudo, no Congresso Federal, para reabrir o Programa Automotivo Especial do

Nordeste, que já se encontrava encerrado. Ao reabrirem, a Ford obteve vantagens econômicas que o RS não poderia oferecer. O motivo da reabertura foi impor uma derrota ao Governo Olívio Dutra e ao RS”.

Lembro-me que, no primeiro intervalo, Lauro Quadros me admoestou, dizendo que eu, usualmente, respondia as questões postas de forma contrária ao que ele esperava de um representante do Governo Olívio. E que essa atitude prejudicava o andamento dos debates. Ri muito e respondi que eu não sabia que deveria representar um personagem. Pensava que deveria responder com a minha cabeça. Mas, se não era assim, que ele, por favor, mandasse o *script* que eu deveria seguir para poder decorar e responder “corretamente”.

Ao longo do debate, o senhor Onyx afirmava reiteradamente que o “fuga” da Ford se dera pela aversão dos governos petistas aos empresários e na incapacidade de diálogo com estes. Lá pelas tantas, me irritei com tal (falta de) argumento e respondi:

“Se você entende que ‘capacidade de diálogo’ é garantir vantagens fiscais que vão além do que a lei prevê, então, sim, é preciso reconhecer que o Governo Olívio não tem a mesma capacidade de diálogo do Governo Britto. Durante quatro anos de gestão, Britto promoveu uma festança com o Fundopem. A Secretaria do Desenvolvimento jamais checou com a Fazenda se as declarações dadas pelos empresários do valor do recolhimento prévio de ICMS eram verdadeiras ou não. Isto levou a perdas enormes para o Tesouro gaúcho. Este tipo de “diálogo” nós não fazemos.”

O senhor Onyx quase surtou. Com voz alterada, disse que minha declaração era motivo de processo. E que ele iria me denunciar por divulgar inverdades (ainda não se falava em “*fake news*”!). Miguel Franco interveio dizendo que minha declaração era 100% verdadeira e que ele tinha elementos para provar. Busatto – ex-Secretário da Fazenda do Governo Britto – fez um sinal com a

mão para que Onyx se acalmasse. E se calasse. Lauro Quadros chamou um intervalo. Na volta, o tema já havia sido “esquecido” por todos.

O que levou Busatto e Onyx a “esquecerem” o tema é mais do que evidente: insistir no mesmo ia colocar na lama a “probidade” do Governo Britto. Por que eu mesmo ou o amigo Miguel não insistimos na questão? Porque havia uma orientação do Governo Olívio para evitar qualquer divulgação dos “equivocos contábeis” dos governos anteriores. Por quê? Pelo mesmo motivo que Lula, em 2003, não levou à frente qualquer investigação sobre os escândalos dos governos FHC, tais como: 1) a compra de votos no Congresso para garantir o direito à reeleição; 2) os “não-resultados” da investigação sobre o “caso Banestado”; 3) as privatizações “exóticas” das joias da Coroa Estatal (Vale, CSN, Cosipa, Usiminas, etc.), com a participação do BNDES e de fundos de pensão das estatais para alavancar “empresários” que não tinham cacife para bancar as aquisições nem mesmo com os “precinhos mais do que camaradas” definidos pela turma proba e responsável; 4) as aquisições de haras e imóveis no Brasil e no exterior (inclusive na requintada Avenue Foch, em Paris) pelo Príncipe dos Sociólogos, etc. A ordem era: não cutuque as onças com vara curta. Vamos trabalhar pela unidade nacional. Vamos contemporizar, pois precisamos de apoio no Congresso. Tanto amor deu no que deu. Lula amargou quase dois anos de prisão por ter visitado um triplex que nunca foi dele!

Mas a pergunta realmente importante é: por que Lauro Quadros não retornou a um debate que levaria a audiência do programa aos píncaros da glória? Sabemos todos que Lauro é um grande jornalista e, como tal, uma pessoa extremamente curiosa e ansiosa por entender o mundo. O que o levou a não fazer a pergunta que, creio, todos os ouvintes esperavam: “Então, como

ficamos: houve ou não houve falhas e prevaricações na concessão de Fundopem no Governo Britto?” A resposta é simples: pelo mesmo motivo que nenhum dos meus amigos jornalistas se interessou em saber o que eu tinha a dizer sobre este caso. Não é do interesse dos grandes grupos de mídia, seja a gaudéria, seja a nacional, conhecer e divulgar os malfeitos dos governos “probos e responsáveis”. Só interessa divulgar os escândalos e corrupções da esquerda. Mesmo que sejam falsos.

Admiro muito Lauro Quadros. Como admiro diversos jornalistas gaúchos das mais diversas posições políticas. Sempre admiro pessoas inteligentes e competentes naquilo que fazem. Não obstante, não posso deixar de reconhecer uma diferença que separa os melhores jornalistas do RS em dois grupos. Alguns – como Denise Nunes, Juremir Machado da Silva, Moisés Mendes, dentre outros – lutam por sua autonomia e pelo direito de informar o que veem, mesmo que não corresponda à visão das chefias. Outros, se submetem às severas circunscrições político ideológicas dos veículos de comunicação. Alguns, com prazer; pois comungam da ideologia de seus superiores. Outros, de forma envergonhada e autocrítica. Pelo menos no início da lida jornalística. Até que, pouco a pouco, começam a acreditar na legitimidade do discurso anódino e pretensamente neutro que realizam. Estes, são os que mais me entristecem.

Collares e a gestão da Dívida

Collares enfrentou uma crise fiscal acachapante e – ao contrário dos governos Amaral, Jair e Simon – não contou com apoio do Governo Federal. Não havia mais espaço para “troca de gravatas”. Na verdade, desde o início de seu Governo, Collor fez das relações com os Estados Federados mais um dos inúmeros simbolismos de sua “macheza e saco roxo”. Até 1989, mais de 90% do déficit dos Estados era financiado através de operações de antecipação de receita orçamentária (ARO). O Governo Collor limita estas operações sem, contudo, introduzir qualquer reforma tributária ou programa de transferência de recursos do Governo Federal para os Estaduais que permitisse a substituição desta fonte de receitas por outra. Em pouco tempo, os Estados se aproximaram de uma situação de insolvência.

O Governo Collares adotou duas medidas extremamente eficazes e inteligentes para tratar do problema. Em primeiro lugar, consolidou e aprimorou as operações do “caixa único”. Vale dizer: o caixa dos diversos órgãos do Estado, seja da Administração Direta, seja da Administração Indireta, passavam a ter uma gestão comum. Aquelas organizações que auferiam receitas antes da realização de despesas inadiáveis, disponibilizavam seus recursos momentaneamente excedentários ao “caixa único”. E estes recursos eram utilizados pelos órgãos da estrutura pública que tinham que realizar dispêndios “para ontem”. No momento em que a estrutura que havia feito a transferência inicial necessitava desembolsar, o caixa circunstancialmente excedente de outros órgãos era transferido para a mesma. Assim, o dinheiro não ficava parado nunca. Na verdade, a máxima eficiência era obtida quando o saldo caixa único estivesse sempre próximo de zero. Pois isto significava

que, de fato, haviam sido honrados todos os compromissos passíveis de sê-los.

Além disso, Collares foi o último governador que usufruiu dos ganhos proporcionados pela inflação para o equacionamento das finanças públicas. Desde que teve início a indexação dos tributos devidos pela inflação diária, deixou de ser vantajoso atrasar o pagamento de impostos. Mas alguns contratos em que o Estado era o devedor não continham cláusulas de indexação tão rigorosas. Se o Estado atrasasse alguns dias o desembolso e aplicasse os valores já recebidos em outras operações (ou, no overnight) ele auferia ganhos não desprezíveis. Com a excelente assessoria dos técnicos do sistema financeiro público estadual gaúcho, Collares conseguiu explorar ao limite estes espaços de operação e driblou os obstáculos como um verdadeiro Garrincha de Bagé.

Não obstante, o garrote imposto pela gestão Collor foi se tornando cada vez mais asfixiante. E não apenas para o RS. A conquista do impeachment de Collor se deve, acima de tudo, à mobilização popular. Mas não se deve subestimar o papel dos governadores na oposição à sua gestão. Não será gratuito que, após a queda de Collor, Itamar flexibilizará a rolagem das dívidas estaduais. Mas o fará de tal forma que irá impor novos desequilíbrios e injustiças na evolução das dívidas dos distintos Estados. Injustiças que os nossos jornalistas insistem em desconsiderar quando vociferam que o RS não tem direito a “privilégios” e todos os Estados devem ser tratados da mesma forma.

Em 1993, o Governo Itamar autorizou Tesouro Nacional a refinanciar por 20 anos as dívidas que os Estados haviam contratado junto às instituições financeiras federais. Esta medida amenizou a situação daqueles Estados cuja dívida não era

sustentada e rolada pelos Bancos Estaduais. Note-se que, em 1990, o Banco Central havia decretado a liquidação extrajudicial dos Bancos Estaduais da Paraíba, do Piauí e do Rio Grande do Norte e das Caixas Econômicas de Goiás e Minas Gerais, que se encontravam em situação pré-falimentar em função dos usos e abusos destas instituições pelos governos estaduais na rolagem das dívidas. Com a liquidação dessas instituições, os valores das dívidas públicas que elas carregavam foram assumidos por instituições financeiras federais. E, assim, estes Estados puderam se beneficiar da do refinanciamento concedido pelo Governo Itamar em 1993. Um mimo dado à má gestão.

Por oposição à situação dos Estados que tiveram seus bancos liquidados pelo Bacen, a maior parte da dívida pública gaúcha no início dos anos 90 não era contratada com instituições financeiras federais ou privadas, mas mobiliária, baseada em títulos do Governo do Estado que eram negociados com o público via Banrisul. E, por isso, o RS pouco se beneficiou da renegociação de Itamar em 1993. Nos termos do maior especialista nacional no tema da dívida pública, Francisco Lopreato:

A evolução da dívida mobiliária nos anos 90 caracterizou-se pela articulação entre o elevado estoque de títulos já existentes ao final dos anos 80, as altas taxas de juros reais sustentadas nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso e as condições de rolagem da dívida. A conjugação dessas variáveis provocou a expansão acelerada da dívida e o crescimento da relação dívida/receita, gerando um quadro potencialmente explosivo. Os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, responsáveis por 90% do estoque da dívida mobiliária, foram os mais atingidos. (Lopreato, F. O endividamento dos Governos Estaduais nos anos 90, p. 135)

Tendo em vista a enorme dificuldade da mídia charrua em entender que os Estados e suas dívidas não são iguais, vamos

traduzir a passagem acima em termos bem simples. Os Estados que contavam com um sistema financeiro próprio, de alta capilaridade (presentes nos mais diversos rincões) e de elevada confiabilidade, alcançavam rolar o estoque da dívida através de seu próprio sistema bancário. Mas esta rolagem foi duramente impactada pela extraordinária elevação da taxa de juros nacional imposta pelos governos Collor e FHC. Os Estados que não contavam mais com qualquer sistema financeiro próprio, ou cujo sistema financeiro não era sólido, nem confiável, passaram a se financiar com o sistema federal. Em 1993, as dívidas junto ao sistema federal passaram por uma ampla e benéfica renegociação. Comparada à renegociação de 1998, firmada por Britto, tratava-se um negócio de pai para filho. Ainda que, na verdade, fosse um mimo, uma gravata italiana, para os maus gestores estaduais. Por vezes, quando sou atacado por crises de paranoia, chego a me perguntar se tanto carinho teria algo a ver com as eleições de 1994, na qual o Ministro da Fazenda de Itamar se lançaria candidato à Presidência. Mas creio que não. Uma tal hipótese envolveria ver o mundo com olhos muito severos, não é mesmo?

Infelizmente para o Rio Grande Amado, a despeito de nossa dívida ser elevada (por determinações históricas que foram apresentadas nas partes 1 e 2 desta série) conseguimos rolá-la praticamente sem apelar para o sistema financeiro federal. Qual foi a consequência de tanta competência? Não nos beneficiamos do refinanciamento de 1993 que contemplava os Estados que “que não fizeram o dever de casa” com taxas de juros subsidiadas (veja-se o nono parágrafo da Lei 8.727) E tivemos que arcar com as consequências das escandalosas taxas de juros de FHC, entre 1994 e 2002. Enquanto isto, a mídia charrua bate palma com vontade e faz de conta que é turista.

O Governo Britto: explosão da dívida e o acordo de 1998

O Governo Collares conviveu apenas com o primeiro ano do Plano Real, quando a inflação ainda era alta e permitia algum “jogo de cintura”. O Governo Britto tem início quando o Plano Real está consolidado; vale dizer, quando as taxas de inflação haviam caído abruptamente e as taxas de juros reais haviam atingido os píncaros da glória. E, como se isso não bastasse, Britto amargou o impacto da Lei Kandir, de 1996, que isentava de ICMS as mercadorias exportadas pelos Estados. Mais uma vez, a legislação federal triturava a economia do nosso rincão, caracterizado por alta abertura para o exterior.

Quais eram as alternativas abertas à frente para a gestão Britto? Duas: 1) ampliar a arrecadação pela revisão da política de subsídios e desonerações fiscais, focando a política industrial na superação dos gargalos das cadeias produtivas gaúchas de maior expressão e competitividade; 2) renegociar a dívida estadual nos termos propostos por FHC e Malan no Programa de Ajuste Fiscal e Reestruturação Financeira dos Estados. Britto optou pela segunda alternativa. Praticamente ignorou as cadeias produtivas consolidadas. E ampliou – ao invés de reduzir – os benefícios concedidos às empresas privadas, na busca de “modernizar” nosso parque industrial.

Não obstante, temos de dar a César o que é de César e dar a Brutus o que é de Brutus. O esforço fiscal de Britto César – assentado nas privatizações, aumento da alíquota de ICMS, pedagiamento das estradas e congelamento de salários – foi relativamente eficaz. Nos três primeiros anos do governo Britto, entre 1995 e 1997, a taxa básica de juros (Selic) acumulada foi de 143,4%. Na ausência de superávits primários, a dívida pública

mobiliária do RS (vale dizer, aquela negociada no mercado através do Banrisul) teria crescido acima da Selic. Mas ela cresceu “apenas” 133,9%¹³. O problema é que a inflação acumulada nestes mesmos três anos foi de 34,86% (IGP-DI). De sorte que, a despeito do esforço fiscal e dos superávits obtidos nestes três anos, a dívida teve um acréscimo de 73,43% em termos reais (acima da inflação). E isto tão somente porque: 1) o Governo Federal colocou a taxa de juros em patamares exorbitantes para garantir a ancoragem cambial do Plano Real; 2) o RS – tal como SP, RJ e MG – contavam com sistemas financeiros estaduais sólidos e não se beneficiaram da renegociação de 1993.

Já tratamos e fizemos a crítica da política de desenvolvimento do Governo Britto na Parte 3 desta série. Cabe, agora, avaliar o acordo firmado em 25 de março de 1998 com o Governo Federal. Em sua essência, o acordo federalizava a dívida flutuante, definia um valor máximo de comprometimento da receita anual (13%), um prazo de 30 anos para pagamento (ampliável no caso da existência de um saldo) e a indexação do valor devido pelo IGP-DI mais 6% de juros anuais.

Se considerarmos as taxas de juros exorbitantes praticadas pelo Governo FHC, esta renegociação até pode parecer razoável. Mas se tomarmos por referência as taxas praticadas em países de inflação baixa (e esperava-se que o Plano Real nos garantisse taxas de inflação decrescentes!) o acordo é usurário. Seja pela taxa de juros de 6% imposta após anos de rolagem às inacreditáveis taxas de mercado no Brasil, seja pelo indexador eleito, o IGP-DI, que, além de apresentar valores sistematicamente mais elevados do que o IPCA, não apresenta qualquer relação com a evolução das receitas

¹³ Os cálculos são de Francisco Lopreato, e encontram-se na página 140 do texto já citado e presente na bibliografia ao final deste livro.

do Estado, baseadas no ICMS. O que importa entender é que, em parte pelas taxas de juros usurárias, em parte pelos próprios termos de negociação da dívida, ao longo do mandato de Britto, a dívida gaúcha apresentou a maior taxa de expansão real de toda a sua história. A preços de 2014, a dívida estadual era de 22 bilhões e 600 milhões de reais no início do Governo Britto. E passa a 50 bilhões e 222 milhões de reais ao final de 1998. Um crescimento de 122% em termos reais. (A este respeito, veja-se a página 71 do Relatório Anual da Dívida Pública do RS do ano de 2014). Mas a nossa mídia neutra e objetiva já comemorava o acordo antes mesmo dele ser assinado. Não tenho lido a ZH com frequência ultimamente. Mas imagino que a contratação do Regime de Recuperação Fiscal pelo Governo Leite tenha proporcionado manchetes igualmente delirantes.

O Governo Olívio:

Administração Fiscal e Política de Desenvolvimento

A derrota de Britto nas eleições de 1998 expressou a rejeição ao programa de governo que ele havia implementado. O Governo Olívio tentará renegociar os termos do acordo firmado por Britto; mas sem nenhum sucesso. Praticamente todos os Estados haviam firmado um acordo similar e, como não se encontravam em uma situação fiscal tão complexa e não sofreram os impactos da Lei Kandir com a mesma intensidade, não havia interesse na constituição de uma frente de governadores para o embate.

Olívio buscou, então, trabalhar na perspectiva que havia sido recusada por Britto: ampliar a competitividade das cadeias produtivas internas, aprofundar e melhorar o sistema de fiscalização da arrecadação estadual (enfrentando a evasão fiscal) e revisar a concessão de benefícios fiscais que extrapolavam os limites previstos em lei.

No que diz respeito ao primeiro quesito, a Secretaria de Desenvolvimento identificou cinco cadeias produtivas do RS caracterizadas por elevada integração interna (baixo nível de importação), elevada agregação de valor, alta empregabilidade e espraiamento territorial: 1) a calçadista do Vale dos Sinos; 2) a automotiva serrana (ônibus e caminhões); 3) a mobiliária serrana (com dois polos centrais, um em Bento Gonçalves e outro em Lagoa Vermelha); 4) a de máquinas e implementos agrícolas, espraiada pelo RS, mas particularmente presente no Noroeste do Estado; e 5) a cadeia alimentar e conserveira do sudeste do Estado (com núcleo em Pelotas).

Ao privilegiar cadeias com alta integração interna buscava-se associar a promoção da competitividade com a maximização da

geração de emprego e renda no Estado. E isto porque a ampliação da produção dos bens finais (calçados, por exemplo) implicava, também, na ampliação da produção, do emprego e da renda auferida internamente nos elos anteriores (couro, solados, embalagens, cola, cordame, etc.). Com isso, também se driblava os efeitos perversos da Lei Kandir sobre as finanças públicas. Pois, apesar de muitas dessas cadeias serem exportadoras, por também serem altamente empregadoras, a ampliação da renda gerada internamente redundava na ampliação nos dispêndios em bens e serviços de consumo, que são a base do ICMS.

As estratégias de apoio eram múltiplas, envolvendo desde a atração para o Estado de empresas produtoras de insumos (até então importados) para integrar ainda mais as cadeias (como foi o caso da fábrica de MDF, insumo importante da indústria do mobiliário), até o desenvolvimento de programas gratuitos de consultoria e qualificação empresarial através do financiamento público às Universidades Regionais. Num certo sentido, o Governo Olívio buscava ampliar e generalizar o Programa de Polos de Modernização Tecnológica criados no Governo Simon. A ideia não era apenas qualificar as empresas. Igualmente bem, buscava-se apoiar a sustentação e qualificação do Sistema Universitário do Estado. Por quê?

A maior dificuldade em transformar as Universidade em órgãos de extensão efetivos e eficazes encontra-se nas diferenças em termos de grau de abstração e concretude das questões postas na esfera acadêmica e na esfera produtivo-competitiva. O que se objetivava com os programas de Extensão e Qualificação Empresarial era, na verdade, a construção de um sistema de integração e qualificação recíproca entre organizações produtivas privadas e Universidades capaz de alimentar a criação de um grande sistema inovativo estadual no RS.

Ora, um programa tão ambicioso não poderia gerar resultados imediatamente. Mas os resultados foram emergindo no tempo, e se manifestaram no crescente apoio de micro e pequenos empresários e de lideranças das cinco cadeias privilegiadas na gestão Olívio aos programas governamentais em curso. Igualmente bem, o programa de ajuste fiscal – baseado na melhoria da fiscalização e revisão dos contratos firmados com base na concessão de benefícios indevidos – passou a apresentar resultados positivos. É o que se vê no Relatório Anual da Dívida Pública da SEFAZ do ano de 2014 à página 71. Somos informados pela SEFAZ que, durante o Governo Olívio, a dívida pública passou de 50 bilhões e 222 milhões de reais para 50 bilhões e 90 milhões de reais. Vale dizer: enquanto a dívida cresceu 122% em termos reais no Governo Britto houve um recuo real de -0,26% da dívida em quatro anos do Governo Olívio.

Por acaso você leu essa notícia na mídia? Foi manchete da ZH ou do Correio do Povo? Claro que não. Como também não houve divulgação de que a queda teria sido mais significativa se o programa de recuperação das finanças houvesse perseverado nos governos seguintes. Pois os resultados positivos só emergiram ao final da gestão Olívio. A verdade é que apenas no ano de 2002 haverá uma depressão do valor real da dívida estadual. Justo num ano eleitoral; quando governos populistas gastam tudo o que podem. Não foi o que fez Olívio. Entre 2001 e 2002 a queda do valor real da dívida será de -1,88%.

Rigotto e a Milonga Gaudéria: são três prá lá, um prá cá

Talvez a melhor expressão do sucesso das políticas de desenvolvimento do Governo Olívio Dutra encontre-se no Programa de Governo de Germano Rigotto de 2002. Rigotto afirmava que, se eleito, resgataria os melhores elementos das gestões Britto e Olívio. No caso deste último, o programa de Rigotto citava, como exemplo de excelência, o apoio às cadeias industriais gaúchas e os Programas de Qualificação Empresarial.

Até que, num certo sentido, Rigotto cumpriu sua promessa de programa. Mas de uma forma bastante desequilibrada, reproduzindo muito mais a trajetória de Britto, do que a trajetória de Olívio. Desde logo, enviou para Alergs um projeto de “Novo Fundopem” que ampliava os benefícios fiscais concedidos às empresas. Este projeto resgatava a possibilidade (vigente até 1997) de os benefícios concedidos não serem ressarcidos ao Estado, mas funcionarem como créditos a fundo perdido. Além disso, o Novo Fundopem garantia vantagens maiores às empresas que se instalassem na Metade Sul, interferindo sobre a opção locacional natural das empresas. Exatamente como Britto fizera com as fábricas de cigarro, que se instalaram no RS por poucos anos e, depois, abandonaram o Estado. De outro lado, o ousado Programa de Extensão Empresarial e integração Universidades Regionais e Cadeias Produtivas só foi mantido nos primeiros anos, passando pela contínua diminuição dos valores orçamentários, até ser desativado.

Ora, mas se é assim, o que sobrou do Projeto de Desenvolvimento de Olívio Dutra no Governo Rigotto? Sobrou uma maior audiência às demandas dos empresários e das cadeias produtivas regionais. A obsessão “brittista” com a modernização da

indústria gaúcha através da criação e instalação de cadeias produtivas inexistentes (como a cadeia automobilística de carros de passeio) foi posta “sob controle racional”. Rigotto deu um pouco mais atenção às demandas das cadeias produtivas já consolidadas, com ênfase naquelas situadas em sua principal base eleitoral: a Serra Italiana.

Porém, mesmo a atenção dada por Rigotto às cadeias produtivas consolidadas, padecia de um certo “britismo”. O exemplo canônico deste viés é dado pela atração da planta da Nestlé para Palmeira das Missões. Esta planta só foi inaugurada no Governo Yeda Crusius, mas as negociações para sua atração têm início na gestão anterior. Desde logo, vale notar que o RS tem tradição na produção leiteira e de lácteos. Mas ainda se encontra muito aquém de seu potencial nesta cadeia. E – tal como as cadeias eleitas pelo Governo Olívio para apoio inicial – a cadeia leiteira é uma cadeia com alta integração no Estado. Dentre as máquinas e implementos agrícolas produzidos no Noroeste, encontram-se empresas fabricantes de ordenhadeiras mecânicas e automáticas que operam com níveis tecnológicos muito elevados. Além disso, essa cadeia gera rendimento ao longo de todo o ano para o agricultor, o que mobiliza o comércio e os serviços no interior do Estado, alimentando a arrecadação fiscal e o enfrentamento do problema da dívida.

Porém, ao invés de construir um programa de apoio às empresas gaúchas que já operavam na cadeia de laticínios, Rigotto achou por bem conceder benefícios turbinados para o maior conglomerado de lácteos do mundo. Com a isenção de ICMS, a Nestlé passou a operar com custos inferiores às empresas gaúchas concorrentes, podendo pagar um preço mais elevado pelo leite in natura. Além disso, a Nestlé impunha critérios de quantidade e qualidade que segregavam os produtores menores e menos

tecnificados. Em pouco tempo, os pequenos laticínios que operavam no mesmo território passaram a ter como fornecedores apenas os produtores recusados pela Nestlé, ampliando os custos de captação e abastecimento em linhas de produção cada vez mais “espaçadas e esburacadas”. Não demorou para que os pequenos laticínios gaudérios abrissem falência, deixando inúmeros produtores rurais sem compradores para o seu leite. Mesmo as empresas que sobreviveram à concorrência nefasta imposta pela Nestlé, passaram a apresentar queda de rentabilidade. A recente crise das Cooperativas Piá e Languiru reflete, em parte, a desorganização das linhas e bacias leiteiras imposta pela Nestlé durante o período que operou no RS. Sim, pois tal como as fábricas de cigarro de Britto, a Nestlé fechou suas portas tão logo cessou o período do Super Fundopem. E tal como no caso dos cigarros, a política de “desenvolvimento” se traduziu em perda de receita. Pois a contribuição da Nestlé para o ICMS foi mínima. Ao contrário da contribuição dos laticínios que foram fechados pela concorrência espúria. A falta de uma política coerente para este setor, tem levado a crises frequentes de empresas: da antiga CCGL, da Elegê, da Bom Gosto, da Piá, da Languiru, para citar apenas as mais famosas.

De qualquer forma, é preciso reconhecer que o crescimento do estoque da dívida em termos reais ao longo do Governo Rigotto foi bastante discreto. Esta passará de 50 bilhões e 90 milhões de reais no início da gestão para 51 bilhões e 12 milhões em dezembro de 2006. Um crescimento de 1,84% em termos reais (fonte: SEFAZ, 2014, p. 71)

Yeda Crusius e o neoliberalismo charrua

Na abertura de um artigo intitulado “*Finanças do RS: como Rigotto, Yeda, Tarso e Sartori administraram as contas*”, Juliana Bublitz afirma:

Rigotto, Tarso e Sartori registraram déficits orçamentários em seus quatro anos de governo. Sartori teve o pior resultado, com o maior rombo da série, em 2015. Entre 2003 e 2018, o único período de saldo positivo foi nos primeiros três anos de Yeda, devido à política do déficit zero. O auge da crise se deu em 2015, quando o PIB recuou 3,5% no Brasil, pior resultado em 25 anos, o que se refletiu em queda na arrecadação. Em 2016, Sartori conseguiu reduzir o buraco contábil graças à majoração do ICMS e, em especial, a recursos extraordinários obtidos de forma emergencial (exemplo: venda da folha dos servidores ao Banrisul e acordo judicial com a Ford), que não se repetiriam mais. (Bublitz, J. ZH, 05/03/2019)

A impressão que se tem é de que Yeda conseguiu equilibrar as contas porque decidiu e conseguiu “fazer mais com menos”, como rezava sua propaganda eleitoral. Mas a história não é bem essa. Como a própria Juliana reconhece, quando passa a tratar especificamente da gestão Yeda,

No primeiro ano de gestão, em meio a grandes embates políticos e a duras críticas do funcionalismo, a folha passou a ser parcelada, o pagamento de fornecedores atrasou por 13 meses, os depósitos judiciais continuaram sendo sacados e o 13º salário voltou a ser pago com empréstimo. Para debelar a crise, o governo ampliou cortes, congelou contratações, segurou reajustes enquanto pôde, proibiu gastos ordinários por cem dias. Abriu o capital do Banrisul e, ajudado pelo bom momento da economia, com o PIB gaúcho crescendo 6,1%, elevou receitas. Resultado: fechou o ano no azul. (Bublitz, J. ZH, 05/03/2019)

Em suma: para conquistar o superávit Yeda descumpriu contratos, atrasando o pagamento de fornecedores por mais de um ano e utilizando os recursos dos depósitos judiciais, comprometidos com credores do Estado e parcelando salários. É o neoliberalismo charrua em seu ápice. Um dos principais alicerces da crítica neoliberal aos “Estados grandes e intervencionistas” é que, ao contrário dos agentes civis, o Estado conta com poder discricionário e, sob gestão populista, tende a descumprir contratos. O que alimenta a incerteza e a desconfiança nos agentes privados – sempre temerosos de uma elevação de impostos, calote da dívida e não pagamento aos fornecedores –, os quais passam a exigir taxas de juros mais elevadas e impõem sobrepreços às suas mercadorias. Aparentemente, Yeda quis demonstrar a veracidade desta tese. E, em defesa do neoliberalismo, realizou, durante sua gestão, todos os equívocos que os economistas liberais imputam ao poder público. **Isto é que é se esforçar para demonstrar uma tese!**

Mas Yeda também foi ortodoxa e vendeu ações do Banrisul. Assim, abriu mão de parte dos dividendos futuros em troca ganhos imediatistas. Alguém poderia dizer que isto está mais para “jeito Amaral, Jair & Simon de governar” (na linha: ganha-se no curto prazo e joga-se o prejuízo para as administrações futuras) do que com fidelidade aos princípios liberais. Mas é coisa de gente maldosa.

Yeda também impôs cortes no despesas correntes e nos investimentos; sempre fazendo “mais com menos”. E conseguiu transformar containers em escolas. Containerizar alunos e professores foi uma das tantas inovações e realizações “mais com menos” de seu governo empreendedor. Yeda também coibiu ao máximo a reposição salarial do funcionalismo. E aqui ninguém pode dizer que não tenha seguido a cartilha neoliberal.

Mas o ponto mais importante é outro. Como Juliana reconhece, o superávit dos primeiros anos da administração Yeda se explica, acima de tudo pela boa performance da economia gaúcha e, por extensão, pelo crescimento das receitas acima das despesas congeladas.

A pergunta que fica é: os custos impostos à sociedade como um todo e aos novos governantes (pelo comprometimento dos dividendos do Banrisul) valem o “benefício” de superávits voltados exclusivamente ao pagamento da dívida pública?

Para responder, temos que saber qual foi o impacto de tanto esforço sobre a dívida total. Ela passou de 51 bilhões e 12 milhões no início da gestão Yeda para 50 bilhões e 507 milhões. Vale dizer: a dívida foi reduzida em 500 milhões de reais, meros -0,99% do total (SEFAZ, 2014, p. 71). Como foi possível um ganho tão pífilo? Simples. Como Juliana explica ao final da seção dedicada à ex-Governador, no último ano de sua gestão, Yeda foi “pressionada pelo ano eleitoral” (sic), e o déficit reapareceu. Além disso, o crescimento do PIB e da arrecadação no início de sua gestão não se manteve nos anos seguintes. E a farra dos benefícios fiscais continuou. E não só com a fábrica da Nestlé, inaugurada em sua gestão.

Não será gratuito que Tarso Genro tenha sido eleito no primeiro turno de 2010 obtendo maioria dos votos em 463 dos 497 municípios do RS.

PARTE 5

Amigo é coisa prá se guardar

Telefone para um amigo que praticamente nasceu (em termos profissionais), cresceu, atingiu a pior idade e se aposentou na editoria da Zero Hora e pergunto se minha saga sobre *Dívida & Mídia* está “causando” entre os pares. Ele diz que sim. Mas, em geral, negativamente. Pergunto o porquê, já que não estou criticando os jornalistas propriamente. O jornalista Reinaldo de Azevedo (veja as epígrafes na abertura) bate muito mais forte na mídia conservadora do que eu. Minhas flechadas vão para as chefias e direções das empresas de comunicação. Resposta: “É que a inculcação ideológica atingiu tais patamares que os jornalistas e redatores da ZH não se veem como reprodutores do pensamento das chefias, mas como intérpretes neutros, objetivos e ponderados da sociedade e da economia brasileira e gaúcha”.

Só não me caíram todos os butiás dos bolsos porque desde guri que não os guardo mais na algibeira.

Outro amigo me liga para elogiar a fusão dos dois temas. Para ele, a crise de governabilidade e da possibilidade de implementação de políticas de desenvolvimento derivada do crescimento exponencial da dívida pública estadual e a profunda crise intelectual e moral da mídia gaúcha são os dois principais determinantes e medidas da decadência do RS. E relembra os saudosos tempos em que nossos jornais davam espaço para textos de intelectuais como Valério Rohden, Pilla Vares, Goida, Enéas de Souza, dentre tantos outros. Hoje em dia o padrão “almanaque” transbordou das páginas iniciais e finais para todo o jornal. Some-se a isso a influência da internet e das redes sociais, onde a lacração é mais importante do que a argumentação racional e rigorosa e onde fica cada vez mais difícil distinguir opiniões abalizadas de

senso comum pretencioso. Na web, a medida de autoridade é dada pelo número de seguidores dos *influencers*. E os jornalistas e cronistas que passeiam pela capa da ZH em fotos sorridentes (quando seu tema de “especialização” é tudo e qualquer coisa) ou sérias (quando são “especializados” em temas graves, como economia e política) têm o atestado de sua autoridade para falar no próprio fato de serem figuras conhecidas da maior parte da população gaúcha. Eles são *influencers* pagos para darem suas opiniões. A prova de seu brilhantismo é seu sucesso. E vice-versa do contrário. E tá pronto o angu. É só comer e elogiar até os caroços.

Outro amigo me escreve no zap para dizer que está adorando a saga, mas acha (ao contrário do amigo citado acima) que a mistura de assuntos dificulta a plena compreensão e registro dos argumentos de ordem mais técnica e econômica. E pede, encarecidamente, uma síntese (se possível, pequena) sobre a evolução da dívida até Tarso, Sartori e Leite. Com vistas a por um pouco mais de ordem nos argumentos. Respondo que a nossa crônica dificuldade em recuperar o que mais caracterizou o RS em sua história - a galhardia e a defesa de um mínimo de autonomia para gerir nossos destinos – é indissociável do casamento entre *Dívida & Mídia*. Mas reconheço a necessidade de sistematizar a evolução da dívida com exemplos numéricos bem claros sobre a evolução de valores devidos e pagamentos. E me proponho a fazer este resgate tomando como ponto de partida aquele governo em que a dívida explodiu e cujo acordo firmado para “dar um fim ao problema” (como alardeava ZH) nos levou ao caos que vivemos hoje: o Governo Britto.

Leia com cuidado: tabelas na pista

Os dados que apresentaremos abaixo foram extraídos de sites oficiais, em especial: 1) do site da SEFAZ-RS, onde estão presentes os Relatórios Anuais da Dívida do RS¹⁴; 2) do site do Banco Central¹⁵, com vistas a calcular a taxa média ponderada ao ano; 3) da Fundação Getúlio Vargas¹⁶, com vistas a obter a série anual do IGP-DI; 4) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁷, com vistas a obter a série anual do IPCA.

O primeiro a observar na Tabela abaixo é que o valor da dívida em termos reais só cresce significativamente nos Governos Collares (23,45%) e Britto (122,3%). Se tomamos o valor real da dívida no último ano do Governo Britto (pouco mais de R\$ 104 bilhões) e no último ano do Governo Yeda vemos estabilidade. É que o valor da dívida caiu nos Governos Olívio e Yeda. Apresentou um crescimento muito discreto no Governo Rigotto (1,84%). E só volta a ter um crescimento um pouco maior no Governo Tarso (8,49%).

Como devemos interpretar estes dados? Seria correto deduzir que os governos Olívio, Rigotto e Yeda foram governos “responsáveis e probos”, enquanto os governos Collares, Britto e Tarso foram gastadores impenitentes e irresponsáveis?

¹⁴ [tesouro.fazenda.rs.gov.br/conteudo/15571/relatorio-anual-da-divida-publica-do-rs/termosbusca=Relatório Anual da Dívida](http://tesouro.fazenda.rs.gov.br/conteudo/15571/relatorio-anual-da-divida-publica-do-rs/termosbusca=Relatório%20Anual%20da%20Dívida)

¹⁵ SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais (bcv.gov.br)

¹⁶ IGP | IBRE (fgv.br)

¹⁷ Tabela 1737: IPCA - Série histórica com número-índice, variação mensal e variações acumuladas em 3 meses, em 6 meses, no ano e em 12 meses (a partir de dezembro/1979) (ibge.gov.br)

A mídia não gosta de fazer este tipo de comparação. E **não só** por corporativismo (reconhecer que um jornalista e *influencer* possa ser um péssimo gestor dói no orgulho dos especialistas em tudo e qualquer coisa, com ênfase em economia e política). Mas porque Britto fez tudo o que devia fazer: privatizou, arrochou, fez acordo com Malan, atraiu grandes empresas para o orgulho da nação gaudéria e, além de tudo, era amigo de FHC, o homem do Plano Real. Como ele poderia ser um gastador impenitente?

Quadro 1:
Evolução da Dívida do Estado RS em termos nominais e reais entre 1994 e 2014

Referências Temporais		Valor Nominal da Dívida (em R\$ correntes)			Valor REAL da Dívida (em R\$ de 2022 indexados pelo IGP - DI)		
Governos Estadual e Nacional	Ano	Valor em \$R do ano	Var % no ano	Var Acum Gov	Valor Absoluto	Var % no ano	Var Acum Gov
Collares	1994	4.399.436.418,00	X		R\$ 46.862.729.827,00	3,15%	23,45%
Antônio Britto / FHC 1	1995	R\$ 7.164.658.575,00	62,85%	62,85%	R\$ 66.490.918.681,00	41,88%	41,88%
	1996	R\$ 8.982.720.907,00	25,38%	104,18%	R\$ 76.244.319.204,00	14,67%	62,70%
	1997	R\$ 11.013.370.337,00	22,61%	150,34%	R\$ 86.973.787.195,00	14,07%	85,59%
	1998	R\$ 13.416.084.266,00	21,82%	204,95%	R\$ 104.173.733.350,00	19,78%	122,30%
Olivio Dutra / FHC 2	1999	R\$ 15.511.527.184,00	15,62%	15,62%	R\$ 100.387.584.648,00	-3,63%	-3,63%
	2000	R\$ 17.340.342.070,00	11,79%	29,25%	R\$ 102.200.920.570,00	1,81%	-1,89%
	2001	R\$ 19.834.966.030,00	14,39%	47,84%	R\$ 105.894.025.972,00	3,61%	1,65%
	2002	R\$ 24.601.730.032,00	24,03%	83,37%	R\$ 103.901.542.143,00	-1,88%	-0,26%
Germano Rigotto / Lula 1	2003	R\$ 26.465.228.053,00	7,57%	7,57%	R\$ 103.806.706.675,00	-0,09%	-0,09%
	2004	R\$ 28.904.055.305,00	9,22%	17,49%	R\$ 101.103.127.976,00	-2,60%	-2,69%
	2005	R\$ 30.216.936.929,00	4,54%	22,82%	R\$ 104.416.877.976,00	3,28%	0,50%
	2006	R\$ 31.782.464.072,00	5,18%	29,19%	R\$ 105.813.047.461,00	1,34%	1,84%
Yeda Crusius / Lula 2	2007	R\$ 33.755.752.591,00	6,21%	6,21%	R\$ 104.764.347.842,00	-0,99%	-0,99%
	2008	R\$ 38.126.858.691,00	12,95%	19,96%	R\$ 107.840.662.140,00	2,94%	1,92%
	2009	R\$ 36.963.182.153,00	-3,05%	16,30%	R\$ 106.065.490.608,00	-1,65%	0,24%
	2010	R\$ 40.635.343.410,00	9,93%	27,85%	R\$ 104.764.347.842,00	-1,23%	-0,99%
Tarso Genro / Dilma	2011	R\$ 43.222.623.769,00	6,37%	6,37%	R\$ 106.131.163.862,00	1,30%	1,30%
	2012	R\$ 47.179.632.189,00	9,15%	16,10%	R\$ 107.170.190.547,00	0,98%	2,30%
	2013	R\$ 50.447.787.008,00	6,93%	24,15%	R\$ 108.600.922.130,00	1,34%	3,66%
	2014	R\$ 54.795.035.721,00	8,62%	34,85%	R\$ 113.659.019.090,00	4,66%	8,49%

FDB: SEFAZ-RS; BACEN-BR; FGV-IBRE; SIDRA-IBGE.

O mais interessante é que esta posição apriorista da mídia charrua faz algum sentido. O crescimento vertiginoso da dívida pública durante o governo Britto deve-se, acima de tudo, às taxas

de juros usurárias impostas pelo Banco Central e à Lei Kandir de 1996. Estas duas medidas draconianas foram impostas com vistas a sustentar o Plano Real.

*A triste e comovente história da dívida gaúcha
e o Plano Real desalmado*

A base do Plano Real é o controle da inflação através da taxa de câmbio. Durante a hiperinflação, as diversas moedas nacionais (Cruzeiro, Cruzado, Cruzado Novo e Cruzeiro Real) deixaram de operar como unidade de conta e referência de valor. Os produtores e comerciantes avaliavam o valor de suas mercadorias em dólares. E atualizavam os preços nas moedas nacionais através da variação do câmbio. Se o dólar subia 10%, os diversos preços subiam a taxas similares. Ao determinar que R\$ 1,00 era equivalente US\$ 1,00 (com um espaço mínimo para flutuação), o Banco Central controlava o padrão de formação de preços e impunha a queda da inflação.

Infelizmente o plano não foi tão bem-sucedido quanto seus criadores imaginavam. O IPCA do segundo semestre de 1994 foi de 18,57%; e foi de 22,41% em todo o ano de 1995. Ou seja: nos primeiros 18 meses de Plano Real, a inflação acumulada no Brasil foi de 45,14%. Mas o governo não podia autorizar qualquer desvalorização da moeda interna. Ou a hiperinflação voltaria. Qual era a alternativa?

Para entender este ponto, é preciso entender como pensa um especulador financeiro que atua no câmbio. Para simplificar, vamos arredondar a inflação do primeiro ano e meio do Real para 50%. E vamos dar um exemplo empírico, tomando a indústria calçadista do RS (que entrará em crise desde então) como referência.

Até julho de 1994, um calçado padrão tinha um custo de produção de R\$ 10,00 e era vendido no país ou no exterior por R\$ 20,00 (que, agora, equivalia a US\$ 20,00) com lucro. Mas a inflação de 50% elevou os custos para R\$ 15,00. Para manter a mesma taxa de retorno, este calçado teria que ser vendido a R\$ 30,00. Ocorre, porém, que o calçado chinês era vendido – antes e depois do Plano Real – por US\$ 22,00. O calçado brasileiro **era** mais competitivo. Mas já não é mais. A indústria calçadista perde mercado externo e perde mercado interno, pois o produto estrangeiro entra no país com preço inferior ao produto nacional. E isto acontece com todos os setores. Logo: 1) a Balança Comercial vai apresentar déficit; 2) a indústria nacional vai entrar em crise. Assim, conclui o especulador, mais cedo ou mais tarde, o governo terá que desvalorizar o real frente ao dólar para recuperar a capacidade competitiva da indústria nacional.

Sabendo que haverá desvalorização à frente, qual a melhor decisão a tomar? O melhor a fazer é comprar dólares já, esperar a desvalorização acontecer e voltar para o Brasil quando, à nova taxa de câmbio, o movimento de saída e retorno gere um lucro expressivo. Exemplo: enquanto a cotação está US\$ 1 = R\$ 1, eu transformo um milhão de reais em um milhão de dólares. E aguardo até ocorrer a desvalorização esperada de 50%. Quando retorno com um milhão de dólares e os converto em um milhão e quinhentos mil reais. Um ganho de 50% por uma espera de, no máximo, um ano. E isto sem contar com o ganho que posso ter aplicando os dólares no exterior por este período.

Mas o governo FHC tinha que impedir este movimento especulativo. O que ele podia fazer? Em primeiro lugar, oferecer uma alternativa ao especulador interno que lhe proporcionasse ganhos tão polpudos no mercado interno quanto na especulação. Como? **Colocando os juros internos em níveis assombrosos,**

nunca dantes vistos na história do país e, quiçá, da humanidade. Em segundo eliminando tarifas e impostos sobre as exportações para ampliar o ingresso de divisas na Balança Comercial e poder contar com as reservas necessárias para o atendimento da demanda dos especuladores renitentes. Ora, os impostos federais já tinham sido eliminados. Então só havia um imposto a ser reduzido: o ICMS. Afetando violentamente a arrecadação dos Estados. Em especial daqueles com maior abertura para o exterior. Como o Rio Grande amado, por exemplo.

Pergunta que não quer calar: o Governo Federal errou ao realizar estes ajustes? A resposta é óbvia: sim e não. Errou por não ter previsto que a inflação não seria zerada com o “golpe de mestre” da URV + âncora cambial. Modéstia bem à parte (até porque esta “qualidade” nunca me caiu bem), eu previ este resultado. Em 1994 eu cursava Doutorado na Unicamp e participava do Núcleo de Economistas do PT Nacional, onde se reuniam figuras ilustres como Conceição Tavares, Paulo Nogueira Batista Jr., Aloizio Mercadante, Paul Singer, Wilson Cano, Guido Mantega que se dignavam a debater com um amplo círculo de bagrinhos como eu. E o principal debate era esse: vai ou não vai dar certo o Plano Real? E eu dizia: sim e não. Vai baixar a inflação abruptamente. Mas não será debelada. **Ora, se “até eu” previa isso, não se pode desculpar que os implementadores do Plano não tivessem aventado esta possibilidade.** Porém, há que se reconhecer que, depois que a coisa degringolou, não tinha como sustentar a âncora cambial, a não ser elevando a taxa de juros às alturas e desonerar as exportações.

O problema é que isto não poderia ter sido feito à custa dos Estados Federados! Assumir que temos que pagar pelos erros do Governo FHC com orgulho e denodo é pusilânime, é

vergonhoso, é burro, é masoquista e é perverso. E é o que a nossa mídia tem feito há décadas.

Para mostrar que não há qualquer exagero nos termos acima, vamos apresenta duas outras tabelas. Na primeira, apresentamos a evolução do IGP-DI, do IPCA, da taxa Selic nominal e da taxa Selic real indexada pelo IGP-DI e pelo IPCA. Estas taxas serão apresentadas a cada ano, bem como valor acumulado em cada Governo. Como veremos logo, estes dados são essenciais para que possamos fazer **uma avaliação de quanto foi pago da dívida em cada governo e ao longo dos anos entre o início do Governo Britto (1995) e o final do Governo Tarso (2014).**

Para fazermos uma avaliação do montante pago é preciso, primeiro, entender que os valores da dívida que constam do Quadro 1 acima **não** correspondem integralmente à dívida com o Tesouro Nacional negociada por Britto em 1998 e renegociada em 2014. O Estado também deve para outras agências, sejam nacionais (BNDES, INSS, Pasep, etc.), sejam internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.). A porcentagem da dívida com o Tesouro no total sequer é estável, mas tem variado relativamente pouco, mantendo-se em torno de 90%. Porém, alguns governos (como Yeda e Tarso) contrataram novos financiamentos (em geral, externos) com vistas a se beneficiar de taxas de juros menores, novos prazos de carência e prazos mais longos de amortização. Isto complexifica o cálculo dos “pagamentos” efetuados por dois motivos; 1) há casos em que o pagamento efetuado corresponde apenas à troca do credor, não à quitação efetiva de parte ou da totalidade da dívida; 2) as taxas de juros e os indexadores dos diversos débitos são muito distintos. Se o real se valoriza frente ao dólar, o montante da dívida externa do RS cai, mesmo que não haja qualquer pagamento. E como a SEFAZ, em seus relatórios anuais da dívida, determina o **valor**

real através do IGP-DI, se este índice é negativo (como foi em 2009 e 2016) o montante também pode cair sem qualquer desembolso. Voltaremos a estas questões depois de analisarmos o Quadro 2.

Note-se que já incluímos informações sobre os Governos Sartori e Leite no Quadro 2, abaixo. Não vamos explorar estes dados agora, mas eles serão úteis mais adiante, ao ingressarmos na análise dos problemas fiscais destes dois governos.

Quadro 2:
Taxas de Inflação (IGP-DI e IPCA) e Selic Média Nominal e Real (ao ano e acumuladas por quadriênio de Governo)

Referências Temporais		Indexadores				Selic Média Anual					
Governos Estadual e Nacional	Ano	IGP - DI		IPCA		Nominal		Real (IGP-DI)		Real (IPCA)	
		Var % no ano	Var Acum Gov	Var % no ano	Var Acum Gov	Média Anual	Acum Gov	Média Anual	Acum Gov	Média Anual	Acum Gov
Antônio Britto / FHC 1	1995	14,77%	14,77%	22,41%	22,41%	53,09%	53,09%	29,16%	29,16%	25,06%	25,06%
	1996	9,33%	25,48%	9,56%	34,11%	27,41%	95,05%	16,42%	50,36%	16,29%	45,44%
	1997	7,48%	34,86%	5,22%	41,11%	24,56%	142,96%	17,13%	76,12%	18,38%	72,17%
	1998	1,71%	37,17%	1,65%	43,44%	26,56%	207,48%	24,47%	119,20%	24,50%	114,36%
Olivio Dutra / FHC 2	1999	19,90%	19,90%	8,94%	8,94%	25,18%	25,18%	9,53%	9,53%	14,90%	14,90%
	2000	9,80%	31,65%	5,97%	15,44%	17,52%	47,10%	8,95%	19,32%	10,90%	27,42%
	2001	10,40%	45,34%	7,67%	24,30%	17,39%	72,68%	7,67%	28,47%	9,03%	38,93%
	2002	26,41%	83,73%	12,53%	39,87%	19,20%	105,83%	-0,06%	28,40%	5,92%	47,16%
Germano Rigotto / Lula 1	2003	7,66%	7,66%	9,30%	9,30%	23,47%	23,47%	13,82%	13,82%	12,96%	12,96%
	2004	12,13%	20,72%	7,60%	17,61%	16,31%	43,61%	5,89%	20,52%	8,10%	22,11%
	2005	1,23%	22,20%	5,69%	24,30%	19,09%	71,03%	15,14%	38,77%	12,68%	37,59%
	2006	3,80%	26,85%	3,14%	28,20%	15,20%	97,02%	11,33%	54,50%	11,69%	53,68%
Yeda Crusius / Lula 2	2007	7,90%	7,90%	4,46%	4,46%	11,96%	11,96%	5,46%	5,46%	7,18%	7,18%
	2008	9,11%	17,73%	5,90%	10,62%	12,47%	25,92%	4,63%	10,34%	6,20%	13,82%
	2009	-1,44%	16,03%	4,31%	15,39%	10,04%	38,55%	8,52%	19,74%	5,49%	20,07%
	2010	11,31%	29,16%	5,91%	22,21%	9,83%	52,17%	1,15%	21,12%	3,70%	24,52%
Tarso Genro / Dilma	2011	5,01%	5,01%	6,50%	6,50%	11,41%	11,41%	5,35%	5,35%	4,61%	4,61%
	2012	8,11%	13,53%	5,84%	12,72%	8,56%	20,95%	1,49%	6,92%	2,57%	7,30%
	2013	5,53%	19,80%	5,91%	19,38%	8,29%	30,98%	2,43%	9,52%	2,25%	9,71%
	2014	3,78%	24,33%	6,41%	27,03%	10,96%	45,33%	5,59%	15,64%	4,27%	14,40%
Sartori / Dilma Temer	2015	10,68%	10,68%	10,67%	10,67%	13,47%	13,47%	2,53%	2,53%	2,53%	2,53%
	2016	7,15%	18,59%	6,29%	17,63%	14,18%	29,56%	6,99%	9,70%	7,42%	10,14%
	2017	-0,42%	18,10%	2,95%	21,10%	10,15%	42,72%	8,79%	19,34%	7,00%	17,85%
	2018	7,10%	26,48%	3,75%	25,64%	6,58%	52,11%	1,11%	20,66%	2,73%	21,06%
Eduardo Leite / Bolsonaro	2019	7,68%	7,68%	4,31%	4,31%	6,04%	6,04%	0,05%	0,05%	1,65%	1,65%
	2020	23,07%	32,52%	4,52%	9,02%	2,89%	9,10%	-9,28%	-9,24%	-1,56%	0,07%
	2021	17,74%	56,03%	10,06%	19,99%	4,54%	14,05%	-8,17%	-16,65%	-5,02%	-4,96%
	2022	5,01%	63,85%	5,79%	26,94%	11,71%	27,40%	5,99%	-11,66%	5,60%	0,36%

FDB: Bacen, IBGE e FGV

Sabemos, pelo Quadro 1, que a dívida cresceu 204,95% em termos nominais e 122,30% em termos reais nos 4 anos de Britto.

Por sua vez, o Quadro 2 nos informa que a taxa Selic **nominal** acumulada entre 1995 e 1998 foi de 207,48% e a taxa real (indexada pelo IGP-DI) foi de 119,2%. **Bingo!** O crescimento da dívida no Governo Britto se explica, fundamentalmente, pelas taxas usurárias impostas pelos primeiros anos do Real. Afinal, vale lembrar que até meados de 1998, a dívida era rolada no sistema bancário privado; que opera com taxas superiores à Selic. **Chega a ser surpreendente (e é quase digno de palmas) que a dívida total tenha subido tão pouco em anos tão anormais. Com certeza, não houve excesso de gastos, mas excesso de juros.**

Não obstante, os e as jornalistas de economia da mídia charrua, mestres e doutores em *achologia* e disciplinamento infantil, sabem que todo o problema está na ganância, no empreguismo e na crônica (por definição) ineficiência do Estado. E têm uma solução muito simples: obrigar a criança-Estado a fazer do dever de casa. ... Não há como não lembrar de Mencken:

Para cada problema complexo existe uma solução simples, elegante e completamente errada.

E a mídia charrua é expert em gerar soluções deste teor e qualidade com a arrogância que só a mais profunda ignorância é capaz de produzir.

O dever de casa que “não fizemos”

Pergunta que não quer calar: Britto não pagou nada da dívida? Sim, ele pagou. O fato de a dívida ter crescido, em termos reais (122,3%), acima da Selic acumulada no período (119,2%) é enganador. Ocorre que o maior crescimento da dívida real em termos percentuais deu-se no primeiro ano de seu mandato, quando o montante era menor. Nos demais anos – quando o montante já era elevado – o crescimento real da dívida ficou abaixo

da Selic real. De forma que, nos anos finais, Britto alcança pagar parte do serviço da dívida. Assim como todos os governos desde então.

O Quadro 3, abaixo, traz uma estimativa destes desembolsos. Como o construímos?

Quadro 3:
Estimativa de Desembolsos do Governo do Estado
com os Serviços da Dívida entre 1995 e 2014

Referências Temporais		Valor REAL da Dívida (em R\$ de 2022 indexados pelo IGP - DI)		Variação efetiva real da dívida entre um ano e outro (B = At - At-1)	Variação Esperada da Dívida caso não houvesse qualquer pagamento (C = At-1 * Tx real de Juros)	Estimativa do Valor Líquido Despendido com o Serviço da Dívida no ano (D = B - C)
Governos Estadual e Nacional	Ano	Valor Absoluto (A)	Var % no ano			
Collares	1994	R\$ 46.862.729.827,00	3,15%	X	X	X
Antônio Britto / FHC 1	1995	R\$ 66.490.918.681,00	41,88%	R\$ 19.628.188.854,00	R\$ 15.646.770.122,60	-R\$ 3.981.418.731,40
	1996	R\$ 76.244.319.204,00	14,67%	R\$ 9.753.400.523,00	R\$ 10.996.815.867,69	R\$ 1.243.415.344,69
	1997	R\$ 86.973.787.195,00	14,07%	R\$ 10.729.467.991,00	R\$ 12.114.973.768,17	R\$ 1.385.505.777,17
	1998	R\$ 104.173.733.350,00	19,78%	R\$ 17.199.946.155,00	R\$ 21.246.840.410,21	R\$ 4.046.894.255,21
Variação Acumulada em 4 anos		R\$ 57.311.003.523,00	122,30%	R\$ 57.311.003.523,00	R\$ 60.005.400.168,67	R\$ 2.694.396.645,67
Olivio Dutra / FHC 2	1999	R\$ 100.387.584.648,00	-3,63%	-R\$ 3.786.148.702,00	R\$ 6.354.597.734,35	R\$ 10.140.746.436,35
	2000	R\$ 102.200.920.570,00	1,81%	R\$ 1.813.335.922,00	R\$ 6.123.642.663,53	R\$ 4.310.306.741,53
	2001	R\$ 105.894.025.972,00	3,61%	R\$ 3.693.105.402,00	R\$ 6.234.256.154,77	R\$ 2.541.150.752,77
	2002	R\$ 103.901.542.143,00	-1,88%	-R\$ 1.992.483.829,00	R\$ 6.459.535.584,29	R\$ 8.452.019.413,29
Variação Acumulada em 4 anos		-R\$ 272.191.207,00	-0,26%	-R\$ 272.191.207,00	R\$ 25.172.032.136,94	R\$ 25.444.223.343,94
Germano Rigotto / Lula 1	2003	R\$ 103.806.706.675,00	-0,09%	-R\$ 94.835.468,00	R\$ 6.337.994.070,72	R\$ 6.432.829.538,72
	2004	R\$ 101.103.127.976,00	-2,60%	-R\$ 2.703.578.699,00	R\$ 6.332.209.107,18	R\$ 9.035.787.806,18
	2005	R\$ 104.416.877.976,00	3,28%	R\$ 3.313.750.000,00	R\$ 6.167.290.806,54	R\$ 2.853.540.806,54
	2006	R\$ 105.813.047.461,00	1,34%	R\$ 1.396.169.485,00	R\$ 6.369.429.556,54	R\$ 4.973.260.071,54
Variação Acumulada em 4 anos		R\$ 1.911.505.318,00	1,84%	R\$ 1.911.505.318,00	R\$ 25.206.923.540,97	R\$ 23.295.418.222,97
Yeda Crusius / Lula 2	2007	R\$ 104.764.347.842,00	-0,99%	-R\$ 1.048.699.619,00	R\$ 6.454.595.895,12	R\$ 7.503.295.514,12
	2008	R\$ 107.840.662.140,00	2,94%	R\$ 3.076.314.298,00	R\$ 6.390.625.218,36	R\$ 3.314.310.920,36
	2009	R\$ 106.065.490.608,00	-1,65%	-R\$ 1.775.171.532,00	R\$ 6.578.280.390,54	R\$ 8.353.451.922,54
	2010	R\$ 104.764.347.842,00	-1,23%	-R\$ 1.301.142.766,00	R\$ 6.469.994.927,09	R\$ 7.771.137.693,09
Variação Acumulada em 4 anos		-R\$ 1.048.699.619,00	-0,99%	-R\$ 1.048.699.619,00	R\$ 25.893.496.431,11	R\$ 26.942.196.050,11
Tarso Genro / Dilma	2011	R\$ 106.131.163.862,00	1,30%	R\$ 1.366.816.020,00	R\$ 6.390.625.218,36	R\$ 5.023.809.198,36
	2012	R\$ 107.170.190.547,00	0,98%	R\$ 1.039.026.685,00	R\$ 6.474.000.995,58	R\$ 5.434.974.310,58
	2013	R\$ 108.600.922.130,00	1,34%	R\$ 1.430.731.583,00	R\$ 6.537.381.623,37	R\$ 5.106.650.040,37
	2014	R\$ 113.659.019.090,00	4,66%	R\$ 5.058.096.960,00	R\$ 6.624.656.249,93	R\$ 1.566.559.289,93
Variação Acumulada em 4 anos		R\$ 8.894.671.248,00	8,49%	R\$ 8.894.671.248,00	R\$ 26.026.664.087,24	R\$ 17.131.992.839,24
Variação Acumulada em 20 anos		R\$ 66.796.289.263,00	142,54%	R\$ 66.796.289.263,00	R\$ 162.304.516.364,93	R\$ 95.508.227.101,93
Variação Acumulada 16 anos (sem Britto)		R\$ 9.485.285.740,00	9,11%	R\$ 9.485.285.740,00	R\$ 102.299.116.196,26	R\$ 92.813.830.456,26

FDB: SEFAZ-RS, BACEN, IBGE, FGV

Tomamos a evolução real da dívida a partir dos dados do Relatório da SEFAZ-RS de 2022 (variável “A”). Subtraindo o valor real de cada ano em relação ao anterior obtemos a variação efetiva no ano referido (variável “B”). Depois calculamos a variação do valor que seria de se esperar caso não houvesse qualquer pagamento do serviço da dívida (variável C). Para este cálculo foi preciso fazer uma simplificação. Ignoramos o a diversidade de credores, e supusemos que toda a dívida era rolada à mesma taxa, tomando por referências os credores principais. Durante o Governo Britto, usamos a Selic real como referência de rolagem. A partir do primeiro ano do Governo Olívio, usamos o critério do acordo de 1998: IGP-DI + 6% de juros. Por fim, subtraímos a variação projetada caso não houvesse qualquer pagamento (C) da variação efetiva (B) e chegamos ao valor estimado do desembolso (D).

Como se pode ver, partimos de uma dívida de R\$ 46 bilhões de reais no início do Governo Britto, para uma dívida de R\$ 113 bilhões de reais ao fim do Governo Tarso. O valor devido sofreu um acréscimo de R\$ 66 bilhões e 800 milhões de reais. Aproximadamente, 86% deste acréscimo deu-se no Governo Britto, que, mesmo assim, pagou algo como R\$ 2 bilhões e 700 milhões de serviço da dívida. Ao longo dos 20 anos, foram pagos mais de R\$ 95 bilhões de reais em serviços da dívida. Mas ela não para de crescer.

Para que se tenha uma ideia do que significam 95 bilhões vou fazer apenas duas referências. A construção dos 2300 kms da Ferrovia Norte-Sul¹⁸ que já se encontram em operação custaram algo como R\$ 15 bilhões de reais. O trecho previsto entre Chapecó

¹⁸ Após 36 anos e gastos de R\$ 15 bi, ferrovia Norte-Sul será entregue | Metrópoles (metropoles.com)

(SC) e o porto de Rio Grande não é linear, e faz uma curva em direção à Serra antes de se dirigir ao Sul. Se os custos forem similares, este trecho custaria pouco mais de R\$ 5 bilhões de reais. O Estado do RS poderia construir 19 Ferrovias Norte-Sul em seu interior se não fosse obrigado a desembolsar esta fortuna anualmente para ressarcir o Governo Federal das consequências perversas de sua política econômica da segunda metade dos anos 90 sobre o nosso Estado. Outro dado. Segundo matéria publicada na Zero Hora¹⁹ em outubro de 2019, a Confederação Nacional dos Transportes avalia que a reparação de toda a malha rodoviária do Estado do RS custaria, à época, R\$ 4,89 bilhões. Se atualizarmos este valor pelo IGP-DI chegamos a R\$ 6,45 bilhões. Vale dizer: com apenas 6,7% dos valores pagos ao longo de 20 anos, toda a malha rodoviária gaúcha estaria recuperada.

Mas nossos especialistas em achologia e educação infantil postulam, dia sim, dia também, que é só uma questão de fazer o dever de casa. ... Haja paciência!

O ignorante que sabe que não sabe é um sábio. O ignorante inconsciente de si é uma pessoa que merece pena. O ignorante arrogante é intolerável. Mas quando o ignorante arrogante dissemina sua visão obtusa, dissemina *fakenews* e influencia a opinião pública, torna-se um delinquente.

O que poderia ser feito?

Quando invadimos o terreno das possibilidades, é preciso ter alguma imaginação. Imaginemos um Brasil de governos probos e responsáveis, que respeitam o pacto federativo e a interpretação

¹⁹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/transito/noticia/2019/10/reparo-de-rodovias-do-rs-custaria-r-489-bilhoes-valor-e-o-segundo-maior-do-brasil-ck21s9icr08ei01n39gct53ki.html>

do STF²⁰ da autonomia fiscal dos Estados. Imaginemos um Rio Grande do Sul unido, bem-informado, brioso e disposto a lutar pelos seus direitos e por um mínimo de autonomia na gestão de seus recursos. E – o mais difícil – imaginemos uma mídia responsável e capaz de operar como impulsora e articuladora de um movimento de resistência à espoliação do Rio Grande Amado. Neste mundo idílico, o acordo de 1998 poderia ser totalmente distinto. Apresentamos abaixo apenas uma dentre inúmeras possibilidades. Nossos termos seriam:

a) o governo gaúcho assume para si o ônus dos juros usurários e da legislação bancária e fiscal predatória dos governos Collor/Itamar/FHC entre os anos 1991 e 1996, quando nossa dívida cresceu 100,86% pela rolagem bancária e desonerações;

b) o governo gaúcho também abre mão de contestar a Lei Kandir, a despeito de sua discricionariedade, inconstitucionalidade e impacto desigual sobre Estados com distintos graus de abertura para o exterior. Em compensação;

c) o governo federal assume para si a rolagem no mercado de toda a dívida gaúcha e a refinancia nos seguintes termos: c.1) independentemente da data da assinatura do acordo, a União tomará por referência o valor real da dívida do Estado em 31 de dezembro de 1996; c.2) este valor será pago com dispêndios anuais de até 13% da Receita Corrente Líquida do Estado; c.3) a dívida será indexada pelo IPCA mais uma taxa real de juros de 2%.

Como se pode ver no Quadro 4, só a mudança do indexador do IGP-DI para o IPCA já gera uma diminuição no valor **atualizado monetariamente da dívida inicial**. Em compensação, **os valores atualizados pelo IPCA dos**

20

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=468176&ori=1>

pagamentos anuais calculados no Quadro 4 também serão inferiores àqueles calculados no Quadro 3. Porém, como o valor da dívida é inferior desde o primeiro ano, e cresce a taxas mais baixas, agora, os valores pagos a cada ano e indexados pelo IPCA, permitem a amortização gradual da dívida; de sorte que ela seria integralmente quitada no terceiro ano do Governo Yeda.

Peço perdão aos não-economistas para introduzir uma nota técnica (quem tiver alergia a números pode pular este parágrafo). O ponto de partida para a determinação dos valores de cada linha do Quadro 4 são os valores presentes em sua última coluna: a estimativa do valor líquido despendido com o serviço da dívida a cada ano. Vale dizer: aquele que foi o ponto de chegada do Quadro 3, agora, é o nosso ponto de partida. Tomamos a última coluna do Quadro 3 (que estavam atualizados pelo IGP-DI) e os transformamos em valores “correntes”, multiplicando-os pela razão entre os valores das duas colunas do Quadro 1. Depois voltamos a atualizá-los monetariamente para valores de 2022. Só que, agora, utilizamos o IPCA como indexador. O segundo ponto de partida foi o valor da dívida nos **três primeiros anos da série: 1994, 1995 e 1996**. Eles também tiveram seus valores atualizados pelo IPCA. Só que, para estes anos, o cálculo do valor efetivamente pago seguiu o padrão utilizado no Quadro 3: indexamos o valor da dívida do ano anterior pela Selic-Real-IPCA, e calculamos quanto teria sido efetivamente pago pela diferença com valor da dívida atualizada do ano seguinte. Como o IPCA de 1995 (22,41%) foi muito superior ao IGP-DI deste mesmo ano (14,77%) a dívida no primeiro do governo Britto cresce assombrosos 52,37%. O que implica supor uma tomada de crédito substancial (de R\$ 7,4 bilhões). Em compensação, a variação do montante da dívida é ínfima no ano seguinte, o que gera uma estimativa de saldo líquido de R\$ 4,83 bilhões. Na verdade, a transição para o IPCA apenas

amplificou os efeitos constatados no Quadro 3, que previa um rombo nas contas de Britto em 1994 e um pagamento relativamente pequeno do serviço da dívida em 1995.

A partir de 1997, os juros anuais devidos seriam calculados pela regra de 2% sobre o saldo da dívida do ano anterior. Subtraindo os juros da estimativa do valor pago atualizado pelo IPCA temos o valor amortizado. O qual é subtraído do saldo da dívida deixado do ano anterior.

Quadro 4:
Rolagem da Dívida sob a Hipótese de
Indexação pelo IPCA + 2% a partir de 1997

Referências Temporais		Valor REAL da Dívida (em R\$ de 2022 indexados pelo IPCA)		Variação efetiva real da dívida entre um ano e outro (B = At - At-1)	Variação Esperada da Dívida caso não houvesse qualquer pagamento (C = At-1 * Tx de Juros)	Estimativa do Valor Líquido Despendido com o Serviço da Dívida no ano (D = B - C)
Governos Estadual e Nacional	Ano	Valor Absoluto (A)	Var % no ano			
Collares	1994	R\$ 27.060.231.637,88	X	X	X	X
Antônio Britto / FHC 1	1995	R\$ 41.231.674.946,63	52,37%	R\$ 14.171.443.308,76	R\$ 6.782.190.234,87	-R\$ 7.389.253.073,89
	1996	R\$ 43.117.060.353,60	4,57%	R\$ 1.885.385.406,97	R\$ 6.718.360.482,54	R\$ 4.832.975.075,58
	1997	R\$ 43.226.554.499,81	0,25%	R\$ 109.494.146,21	R\$ 862.341.207,07	R\$ 752.847.060,86
	1998	R\$ 41.965.602.449,48	-2,92%	-R\$ 1.260.952.050,32	R\$ 864.531.090,00	R\$ 2.125.483.140,32
Variação Acumulada em 4 anos		-R\$ 14.905.370.811,61	55,08%	R\$ 14.905.370.811,61	R\$ 15.227.423.014,48	R\$ 322.052.202,87
Olivio Dutra / FHC 2	1999	R\$ 36.518.466.131,62	-12,98%	-R\$ 5.447.136.317,86	R\$ 839.312.048,99	R\$ 6.286.448.366,85
	2000	R\$ 34.555.536.666,26	-5,38%	-R\$ 1.962.929.465,36	R\$ 730.369.322,63	R\$ 2.693.298.788,00
	2001	R\$ 33.592.474.116,94	-2,79%	-R\$ 963.062.549,31	R\$ 691.110.733,33	R\$ 1.654.173.282,64
	2002	R\$ 27.804.807.297,39	-17,23%	-R\$ 5.787.666.819,55	R\$ 671.849.482,34	R\$ 6.459.516.301,89
Variação Acumulada em 4 anos		-R\$ 14.160.795.152,09	-33,74%	-R\$ 14.160.795.152,09	R\$ 2.932.641.587,29	R\$ 17.093.436.739,38
Germano Rigotto / Lula 1	2003	R\$ 23.656.768.083,26	-14,92%	-R\$ 4.148.039.214,13	R\$ 556.096.145,95	R\$ 4.704.135.360,08
	2004	R\$ 17.350.872.945,42	-26,66%	-R\$ 6.305.895.137,84	R\$ 473.135.361,67	R\$ 6.779.030.499,51
	2005	R\$ 15.683.892.903,08	-9,61%	-R\$ 1.666.980.042,34	R\$ 347.017.458,91	R\$ 2.013.997.501,25
	2006	R\$ 12.550.495.855,19	-19,98%	-R\$ 3.133.397.047,88	R\$ 313.677.858,06	R\$ 3.447.074.905,94
Variação Acumulada em 4 anos		-R\$ 15.254.311.442,20	-54,86%	-R\$ 15.254.311.442,20	R\$ 1.689.926.824,58	R\$ 16.944.238.266,78
Yeda Crusius / Lula 2	2007	R\$ 7.392.463.030,19	-41,10%	-R\$ 5.158.032.825,01	R\$ 251.009.917,10	R\$ 5.409.042.742,11
	2008	R\$ 5.030.589.317,93	-31,95%	-R\$ 2.361.873.712,26	R\$ 147.849.260,60	R\$ 2.509.722.972,86
	2009	-R\$ 756.548.390,17	X	-R\$ 5.787.137.708,10	R\$ 100.611.786,36	R\$ 5.887.749.494,46
	2010	-R\$ 6.616.042.299,07	X	-R\$ 5.859.493.908,90	-R\$ 15.130.967,80	R\$ 5.844.362.941,09
Variação Acumulada em 4 anos		-R\$ 19.166.538.154,26	-100,00%	-R\$ 19.166.538.154,26	R\$ 484.339.996,26	R\$ 19.650.878.150,52
Tarso Genro / Dilma	2011	R\$ -	x	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.045.979.776,03
	2012	R\$ -	x	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.392.643.771,75
	2013	R\$ -	x	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.372.163.960,56
	2014	R\$ -	x	R\$ -	R\$ -	R\$ 755.238.545,41
Variação Acumulada em 4 anos		X	X	X	X	R\$ 7.566.026.053,76

FDB: SEFAZ; IBGE; FGV; BACEN.

Como se pode ver acima, com a indexação pelo IPCA + 2%

a partir de 1997, dívida do Estado teria crescido “apenas” 55% no Governo Britto (ao invés dos 122,3%). Ela teria decrescido -33,74% em termos reais no Governo Olívio (ao invés de meros -0,26%). Teria caído -54,86% no Governo Rigotto (ao invés de se elevar 1,84%). E teria sido zerada no Governo Yeda (ao invés de cair meros -0,99%).

Se fizesse o mesmo esforço de arrocho nos gastos, Yeda teria um excedente de R\$ 6,16 bilhões ao final de seu governo. Vale lembrar que este valor corresponde a 85% do montante necessário para construir o trecho Chapecó – Rio Grande da ferrovia Norte-Sul. Tarso herdaria um Estado sem dívida e contaria com R\$ 7,5 bilhões para construir todos os ramais ferroviários unindo os principais polos urbanos e industriais à Norte-Sul de Yeda. Os resultados seriam tão positivos para o desenvolvimento do Estado do RS que, talvez, quem sabe, oxalá, se Deus (e o outro) assim quisessem, até mesmo Sartori poderia ser um governador razoável.

Bem, talvez isto já seja pedir demais. Mas, enfim, nem só de realismo vive um economista. Um pouco de utopia, sonho, ilusão e delírio não faz mal a ninguém.

O Governo Tarso: uma aposta no desenvolvimentismo

No programa que Rigotto apresentou para a sociedade em 2002, enquanto ainda candidato, ele afirmava a intenção de resgatar as melhores práticas e programas de Britto e de Olívio. Prometeu, mas não cumpriu. Abandonou programas importantes de Olívio (como o Extensão Empresarial) e mesmo quando procurou dar alguma atenção às cadeias produtivas consolidadas do RS, cometeu atrocidades, como a concessão de subsídios turbinados para a atração da Nestlé, que impôs um grave desequilíbrio competitivo aos laticínios gaúchos. Se há um Governo ao qual podemos atribuir um real esforço de síntese dos projetos de Britto e Olívio, este é o Governo de Tarso Genro.

Ora, dirá o leitor atento desta pequena saga: mas o Governo Britto foi apresentado, até aqui, como um conjunto de equívocos! Pretender que Tarso tenha recuperado algo do mesmo não equivale a fazer uma crítica radical ao mesmo? Absolutamente, não. Por quê?

Em primeiro lugar, porque fazer uma síntese não é fazer uma “média”; nem envolve resgatar todas as ações de cada governo e atualizá-las. Britto foi o governo que mais privatizou. Leite está em busca deste troféu, mas ainda é medalha de prata. E Tarso não privatizou nada. Quando falamos em síntese pensamos, acima de tudo, em resgate com superação.

Ao contrário do que se pode pretender, o problema do Governo Britto não foi atrair empresas concedendo subsídios. Foi atrair empresas erradas e insustentáveis no RS (como as fabricantes de cigarros) e não atrair empresas relevantes (como a laminadora, que acabou se instalando em Santa Catarina). A percepção de que há “furos”, “ausências”, “elos fracos” em nossas cadeias produtivas e

que o Estado deve contribuir para a superação dessas carências é correta e pertinente. O próprio Governo Olívio atraiu uma fábrica de MDF para o atendimento da cadeia moveleira e tentou atrair uma laminadora argentina para operar no Estado. E Tarso persistiu nesta perspectiva. Só que a transformou num dos pilares de seu projeto de Governo.

Por trás desta postura havia uma percepção essencialmente correta: a de que parcela não desprezível de nossos problemas fiscais estão assentados nas modestas taxas de crescimento da economia gaúcha nos últimos anos. O Governo Yeda (que o antecedeu), buscou equacionar o problema fiscal através do arrocho dos dispêndios. Tarso entendia que era preciso buscar, acima de tudo, a ampliação da receita. E que isto dependia de um projeto de crescimento e desenvolvimento econômico sólido e bem equacionado. Para tanto, criou a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção de Investimentos, a AGDI. A principal função da AGDI era justamente a análise das cadeias produtivas gaúchas, identificação das suas carências e identificação das ações necessárias à promoção de sua competitividade. E, como não poderia deixar de ser, foram identificadas carências no fornecimento de insumos. Que foram enfrentadas pela retomada da política de atração de empresas com apoio em benefícios fiscais. Só que – ao contrário do que ocorreu no Governo Britto – os benefícios eram concedidos com o mais absoluto respeito à legislação e a partir de uma avaliação tecnicamente rigorosa de seus impactos sobre as empresas já instaladas (se elas existissem) no território do RS. Além disso, a política industrial e de desenvolvimento econômico de Tarso (ao contrário do que se dava no Governo Britto) não ignorava o papel das Micro, Pequenas e Médias Empresas na geração de emprego. Nem subestimava seu potencial de crescimento e ganhos de produtividade. Na esteira da

política industrial de Olívio Dutra, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) foram objeto políticas públicas específicas, também elas baseadas no mapeamento e dimensionamento destes arranjos a partir de pesquisas esmeradas que foram levadas à frente com o apoio da Fundação de Economia e Estatística.

Além disso, com vistas a minimizar o impacto desta política sobre a arrecadação estadual, foi montado um grupo de trabalho com técnicos da AGDI e das Secretarias da Fazenda, do Desenvolvimento e do Planejamento para avaliar o custo-benefício das concessões fiscais e desenvolver propostas de alteração na legislação do ICMS para garantir a sustentação e ampliação da exação fiscal. Todo este trabalho está registrado com maestria no livro *“Remando contra a Maré: Política Industrial e de Desenvolvimento Econômico no Rio Grande Do Sul”*, organizado pelos amigos Junico Antunes e Carlos Horn, que foram protagonistas na construção e condução das políticas ali analisadas.

Não cabe fazer aqui uma análise detalhada da política industrial e de desenvolvimento do Governo Tarso. Mas creio que dois comentários são pertinentes. Me parece que os gestores da política sobrestimaram a potência do Estado na promoção do crescimento econômico (e, por extensão, do crescimento da arrecadação). Não que o Estado seja incapaz de alavancar o crescimento. Mas esta potência é tão maior quanto mais ele foca sua ação em cadeias muito longas, já consolidadas e amplamente difundidas e espaiadas no território. Penso aqui, em especial, nas cadeias agroindustriais. Se se almejava uma resposta relativamente rápida em termos de ampliação das taxas de crescimento e da arrecadação fiscal, acredito que estes resultados teriam sido mais significativos se o foco fosse no agronegócio. Talvez se avaliasse que, por serem cadeias exportadora, focar nas mesmas traria poucos benefícios fiscais, dada a Lei Kandir. Mas esta avaliação me

parece equivocada. Pois o ICMS perdido na exportação é reconquistado no consumo das milhares de famílias envolvidas com a produção agroindustrial.

No que diz respeito à gestão fiscal, há dois elementos a observar. Primeiro que o crescimento da dívida no Governo Tarso (identificado nos Quadros 1 e 3) é real, e expressa a compreensão de que a dívida não pode nortear todas as ações do governo, se isto o impossibilita de investir e promover o crescimento e o desenvolvimento. Para Tarso, insistamos, o problema da dívida deveria ser enfrentado pelos “dois lados”: tanto pelo controle dos gastos, quanto pelo apoio ao crescimento da renda e da arrecadação tributária. Mas isso não é tudo. Igualmente importante é o fato de que Tarso tomou novos empréstimos junto a agências internacionais. E, ao contrário do Governo Yeda, estes créditos não foram utilizados para quitar outras dívidas, mas para financiar investimentos e políticas públicas. Assim, o crescimento da dívida em seu governo não pode ser entendido como incapacidade de honrar com os compromissos assumidos com o Tesouro da União. Parte dele se deriva dos novos financiamentos.

Em segundo lugar, é muito importante entender que, ao longo de seu Governo, Tarso manteve uma interlocução permanente com a Presidente Dilma Rousseff, com a equipe do Ministério da Fazenda e com outros governadores com vistas a articular um novo acordo para a dívida, com a mudança do indexador para IPCA e a redução da taxa de juros. Estas tratativas foram bem-sucedidas, e o novo acordo foi votado no Senado ao final de 2014. Porém, desde o final de 2013 que os termos do novo acordo já estavam definidos. O que permitiu uma gestão fiscal um pouco mais frouxa por parte da equipe de Tarso em 2014, que é justamente o ano em ocorre a maior variação positiva do saldo devedor.

O assombroso (e assombrado) Governo Sartori

Um amigo que leu os capítulos anteriores desta “saga” me questionou se eu consideraria o Governo Britto como o pior governo das últimas décadas. Respondi que Britto só era digno da medalha de ouro se tirássemos Sartori da disputa e o elevássemos a *hors concours*. Mesmo assim, persistiria uma dúvida: a disputa de Leite com Britto pelo primeiro lugar é acirrada. Não há juiz que possa dirimir esta questão sem apoio do VAR.

Mas ninguém precisa de VAR ou de juiz para reconhecer que Sartori é o nosso grande goleador. Pena que ele só faz gol contra.

O RS já foi uma referência nacional em termos de planejamento e eficiência do setor público. A persistente crise fiscal não levou apenas à depressão da capacidade de investimentos do Estado, manifesto nas péssimas condições de nosso sistema logístico, que já foi um dos melhores do país. Ela também levou à depressão dos salários do funcionalismo e às crescentes dificuldades de renovação de seus quadros. Não obstante, até Sartori, ainda contávamos com agências de excelência, de reconhecimento nacional e internacional. Um desses polos eram as Fundações Estaduais, dentre as quais cabe destacar a Fundação de Economia e Estatística, o Cientec, a Fepagro e a Fundação Zoobotânica. Técnicos de agências estaduais com funções similares eram visitantes contumazes das nossas Fundações. Vinham não só para levantar dados ou acompanhar pesquisas. Na era da internet, este material encontra-se disponível web. Eles vinham para entender o sistema de organização, de pesquisa e de troca de informações dentro das Fundações que lhes garantia uma produtividade absolutamente ímpar. Estas Fundações – e o seu

sistema de organização interno – foram extintas por Sartori. Aparentemente, ele acreditava que poderia demitir seus funcionários, por serem celetistas. Era tamanha a certeza, que Sartori contratou e pagou uma fortuna para que a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP fizesse o cálculo do PIB do RS e de seus municípios. Sem conhecer o RS e sem o banco de dados da FEE, os cálculos se mostraram de péssima qualidade. E esta “lambança” foi feita sem que um único técnico da extinta FEE tivesse sido demitido. Aparentemente a assessoria jurídica de Sartori não sabia que o padrão de concurso para o ingresso nas Fundações impedia qualquer demissão sem justa causa. De sorte que elas foram destruídas sem que isso gerasse qualquer “poupança com pessoal”. Na verdade, os gastos aumentaram, com a contratação de serviços desnecessários. E todos resultados pioraram. Esta é a cara do Governo Sartori: a incompetência.

São tantos os “causos” reveladores desta face de seu (des)Governo, que daria para preencher mais de um livro. Mas deixe-me contar apenas mais um, pois é tão revelador, quanto hilário. De certa feita, Sartori foi ao Uruguai em visita oficial. Só que seus assessores se “esqueceram” de informar que o Governador iria na aeronave do Estado. Resultado: assim que o avião adentrou o espaço aéreo do Uruguai, os pilotos foram comunicados que a nave era clandestina, não tinha autorização para sobrevoar o país e que deveriam retornar. Sartori insistiu em ir para Montevideo. Foi recepcionado no aeroporto da capital pela Polícia Nacional. Não será preciso dizer que nenhuma das atividades previstas em sua visita realizou-se a contento.

Aqui se encontra o “segredo” de seus problemas fiscais. Sartori recebeu de mão beijada uma renegociação da dívida estadual com a União que foi conquistada ao final do Governo Tarso. Em novembro de 2014, o Senado aprovou a Lei

Complementar 148/2014 que instituiu a renegociação do acordo firmado por Britto e Malan (representando FHC) em 1998. A Lei 148/2014 alterou o indexador do montante (do IGP-DI para o IPCA), alterou a taxa de juros (de 6% para 4%; ou Selic nominal, se ela fosse inferior ao IPCA + 4%); e retroagiu as alterações para janeiro de 2013. Como a Lei 148 não foi regulamentada imediatamente, ela abriu espaço para que os desembolsos mensais do Tesouro do RS ficassem abaixo dos 13% da Receita Corrente Líquida. Esta era uma imposição da Lei 9496/1997, que serviu de base para o acordo de Britto/Malan de 1998. Uma imposição à qual Sartori se esquivou já no primeiro ano de sua gestão. Em setembro de 2015 ele passa a atrasar e diminuir os valores repassados ao Tesouro da União²¹. O qual reage suspendendo as transferências constitucionais para o Estado²². Em resposta, Sartori entra com uma nova ação junto ao STF, demandando a retomada dos repasses federais independentemente do Estado haver, ou não, realizado o pagamento do serviço da dívida. O Ministro Fachin dá parecer favorável ao Governo Gaúcho²³. E Sartori deixa de pagar a dívida desde então. Não pagará mais nada, até o fim de seu mandato.

Ufa! Finalmente o Tesouro se livrou dos usuários dispêndios mensais que comprometiam 13% da Receita Corrente Líquida. Certamente essa folga vai lhe permitir cumprir com seus demais compromissos, certo? Afinal, até aqui, todos os governos haviam conseguido pagar (mesmo que de forma parcial) os serviços

²¹ <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/stf-acolheacao-do-rs-sobre-pagamento-da-divida-com-uniao.html>

²² <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/pelo-quarto-mes-consecutivo-uniao-congela-contas-do-rs-por-calote-da-divida/>

²³ <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/04/stf-acolheacao-do-rs-sobre-pagamento-da-divida-com-uniao.html>

da dívida e arcar com salários, aposentadorias e despesas de custeio. Sartori ganhou uma folga. Logo, vai surfar na boa onda, certo?

Errado. Não há como subestimar a incompetência do Governador “*Quer piso? Vai no Tumelero*”. Nunca um governador atrasou e/ou parcelou tantas vezes o salário do funcionalismo. Até a RBS fica chocada²⁴. Em matéria de avaliação de seu (des)Governo ao final do mandato, lê-se

“Jamais um governador atrasou tantas vezes o pagamento do funcionalismo como Sartori²⁵. Foram 36 meses de incertezas para os servidores do Executivo, que não sabiam quanto nem quando iriam receber. No começo, os salários eram parcelados. Em agosto de 2017, míseros R\$ 350 foram destinados a cada servidor²⁶. No mês seguinte, o governo passou a pagar primeiro os menores vencimentos, com faixas escalonadas de depósitos. Em novembro, houve o temido encontro de folhas, com os salários de outubro quitados somente em 30 de novembro.” (ClicRBS, 21/12/2018).

Vale ler a matéria acima na íntegra. Ela é exaustiva. Não há porque dizer mais nada. E surge uma dúvida: será que nossa mídia recobrou sua capacidade crítica? Não. De forma alguma. Trata-se apenas da velha regra: *rei morto, rei posto. Viva o novo rei*. A matéria é de 21 de dezembro de 2018. Leite já estava eleito. E, agora, ele é o novo herói.

²⁴ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/12/o-governo-sartori-em-12-atos-dos-salarios-atrasados-ao-acordo-emperrado-com-a-uniao-cjpyhu6gi0mzf01rxq2suaitg.html#:~:text=Atraso%20salarial,come%C3%A7o%2C%20os%20sal%C3%A1rios%20eram%20parcelados>.

²⁵ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/ultimas-noticias/tag/salario-parcelado/>

²⁶ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rosane-de-oliveira/noticia/2017/08/estado-deposita-somente-r-350-na-conta-dos-servidores-do-executivo-9883725.html>

Leite, o bem-amado

Eduardo Leite foi o primeiro Governador do RS a conquistar uma reeleição desde o fim da ditadura militar. Na avaliação de muitos, trata-se da prova cabal de que seu primeiro mandato foi aprovado pela maioria. Será mesmo? Leite só conseguiu ir para o segundo turno porque obteve 2.441 votos a mais que o terceiro colocado. Edegar Pretto, do PT, era um candidato relativamente desconhecido. Sua candidatura foi, inclusive, objeto de contestação por parcela não desprezível das forças de esquerda, que propugnavam a construção de uma grande frente em torno de um candidato mais competitivo. E, mesmo assim, quase tirou Leite do páreo. Não são poucos aqueles que avaliam que Leite só superou Edegar porque contou, já no primeiro turno, com alguns muitos votos da esquerda “anti-Onyx” que duvidava da capacidade de Edegar vencer o candidato de Bolsonaro no segundo turno.

A mim parece que a segunda leitura é bem mais razoável do que a primeira. Com isto não estou pretendendo que o anti-bolsonarismo tenha sido a única determinação da reeleição de Leite. Há várias outras. A começar pelo fato de nenhum outro Governador, desde Britto, ter sido tão incensado pela mídia. Além disso, Leite mostrou-se muito hábil na construção de sua base parlamentar. Incluiu praticamente todos os Partidos no primeiro e segundo escalão de seu governo, excluindo tão somente o PT e o PSOL. E exponenciou o valor das emendas parlamentares, em detrimento do orçamento dos Coredes para a Consulta Popular. Não creio que Arthur Lira tenha algo para lhe ensinar. Leite sabe conquistar aliados e cabos eleitorais nos grotões do Rio Grande Amado. Como se isto não bastasse, ele é jovem e bonito. E isto é

mais relevante do que pode parecer. Para aquele eleitor que acredita que todo o político é igual, este pode ser um bom critério de desempate. Afinal, se teremos que ver fotos e vídeos do futuro Governador na mídia impressa e digital, é melhor que ele tenha um visual agradável, não é mesmo?

Mas o que realmente importa entender é que Leite não foi reeleito porque o povo gaúcho aprovou sua gestão. E nem poderia. Leite surfou no calote dado por Sartori ao pagamento do serviço da dívida e tampouco a pagou até o final de seu mandato. Tal como Sartori, Leite atrasou salários e parcelou o 13º. E, como se isto não bastasse, impôs uma reforma administrativa e previdenciária que gerou perdas reais não desprezíveis ao funcionalismo²⁷. Além de tudo, Leite “*pisou no pala*” ao incidir, repetidas vezes, naquela que é uma das poucas regras éticas da qual comungam gaudérios de direita e de esquerda: o princípio do fio de bigode. Leite disse que não concorreria à reeleição, e concorreu. Leite disse que não atrasaria salários, e atrasou. Leite disse que iria recuperar as Fundações extintas por Sartori, mas não o fez. E estes são apenas alguns dos inúmeros exemplos em que Leite faltou com a verdade. E o povo tem mais memória do que parece. Júlio César deu a deixa há mais de dois mil anos: mais importante do que **ser** honesto é **parecer** honesto. Leite fez tantas, que já não parece ser aquilo que ele nunca foi.

A não ser para a mídia, claro. Em 14/09/2022, a Zero Hora anunciava o compromisso inquebrantável do então candidato Leite à reeleição com o Regime de Recuperação Fiscal nos termos

²⁷ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/10/pacote-de-eduardo-leite-preve-mudanca-de-117-regras-do-funcionalismo-veja-a-integra-ck1rxetde066x01n35dliaig6.html>

em que Ranolfo Vieira (seu Vice-Governador) o havia assinado²⁸. Leite afirmava que as finanças estavam ajustadas e não seria preciso mudar nada. Em janeiro de 2023, Juliana Bublitz comemorava na ZH o dream team que Leite havia trazido para a SEFAZ²⁹. A começar pela nova Secretária da Fazenda, que havia articulado o projeto de Recuperação Fiscal assinado por Ranolfo. Em 15/06/2023 o mesmo veículo anunciava que o Governo Leite buscava nova negociação com o Governo Federal³⁰, pois havia ficado claro que, no máximo em cinco anos, a dívida se tornaria impagável.

Alguma surpresa da mídia? Alguma crítica a Leite por ter, mais uma vez, mentido? Alguma autocrítica do veículo por divulgar “notícias” que contribuíram para a reeleição de um sujeito que muda a versão dos fatos com uma facilidade assustadora? Não. Nenhuma.

Tal como as ovelhas da *Revolução dos Bichos* de Orwell, a nossa imprensa e seus jornalistas estão sempre prontos a apoiar e justificar qualquer movimento dos governos liberais. Até mesmo quando cometem falsidade ideológica. Parafraseando Goebbels: assim como uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade, uma verdade sobre a qual se guarda total silêncio, torna-se mentira.

²⁸ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2022/09/vida-real-maior-parte-dos-candidatos-ao-governo-do-rs-quer-renegociar-acordo-da-divida-com-a-uniao-cl81vb9bm006h0179m3851imo.html>

²⁹ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/juliana-bublitz/noticia/2023/01/como-eduardo-leite-formou-um-dream-team-de-tecnicos-no-novo-governo-cld20vl9q00400182akoqyc6c.html>

³⁰ <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2023/06/governo-do-rs-preve-que-divida-com-a-uniao-se-tornara-insustentavel-em-cinco-anos-e-busca-nova-renegociacao-clixp8paw00fr01513v6bb11r.html>

BIBLIOGRAFIA

LAGEMANN, Eugênio (org.), Rio Grande do Sul: 150 anos de Finanças Públicas. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1985.

OLIVEIRA, Franklin. Rio Grande do Sul: um novo Nordeste. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

RIO GRANDE DO SUL. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1891.

LOPREATO, Francisco Luiz. O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. Economia e Sociedade, Campinas, (15): 117-158, dez. 2000.

SECRETARIA DA FAZENDA DO RS. Dívida pública estadual relatório anual 2014. Ed. 06. Porto Alegre, 2015.

SECRETARIA DA FAZENDA DO RS. Relatório anual da dívida pública estadual ano 2022. Ed. 14. Porto Alegre, 2023.



Estudos Rio-Grandenses é um projeto editorial
de Paulo Timm em colaboração com Mottironi Editore.

Este livro foi diagramado com os tipos
Crimson Text e Aleo (capa),
impresso sobre papel pólen 80g.
em Porto Alegre pela Gráfica RJR
em agosto 2023.